



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE
EXTENSÃO DE XAI-XAI
MESTRADO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS, GOVERNAÇÃO E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**DINÂMICAS E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO - ECONÓMICAS
ASSOCIADAS AO COMÉRCIO INFORMAL NO SUL DE
MOÇAMBIQUE: O CASO DO *MUKERO* NA CIDADE DE XAI-XAI**

Autor: Nelson Abel Malate

Xai-Xai, Novembro de 2024

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE
EXTENSÃO DE XAI-XAI
MESTRADO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS, GOVERNAÇÃO E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**DINÂMICAS E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO - ECONÓMICAS
ASSOCIADAS AO COMÉRCIO INFORMAL NO SUL DE
MOÇAMBIQUE: “O CASO DO *MUKERO* NA CIDADE DE XAI-XAI**

Dissertação final, a ser apresentada na Universidade Católica de Moçambique, Extensão de Xai-Xai, como requisito para obtenção de Grau Académico de Mestre em Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais, orientado pelo Professor Doutor Alba Paulo Mathe

Índice

Índice de tabelas, figuras e quadro	iv
Agradecimentos	v
Dedicatória	vi
Declaração de honra	vii
Resumo	viii
Abstrat	ix
EPÍGRAFE	x
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1.Introdução	1
1.5.Objectivos da pesquisa	4
1.5.1.Geral	4
1.5.2.Específicos.....	5
1.6.Justificativa.....	5
CAPITULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
2.1.Debate Conceptual	7
2.6.Comércio transfronteiriço entre Moçambique e África do sul e as possibilidades de integração regional.....	19
2.7.1. Informalidade	24
2.7.2. Acesso ao financiamento.....	26
2.8.2. Revisão da literatura focalizada	29
CAPITULO III: METODOLOGIA DO TRABALHO	34
3.1.Classificação da Pesquisa.....	35
3.1.1.Quanto ao enfoque.....	35
3.4.Técnicas e instrumentos para recolha de dados.....	37
3.4.1.Entrevista.....	37

3.5.2.Análise de conteúdo	38
CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANALISE DOS RESULTADOS.....	40
4.1. Breve caracterização da área de estudo	40
4.1.1.Localização Geográfica.....	40
4.4.Apresentação de dados	45
4.4.1.Formas da prática do “Mukhero” na cidade de Xai-Xai	45
4.4.3.Tipos de produtos adquiridas e comercializado pelos “ Mukhero” na Cidade de xai-Xai.....	49
4.4.6.Percepção das entidades governamentais sobre a prática do comércio informal na Cidade de Xai-Xai	53
CAPITULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	62
5.1. Conclusão	62
5.2.Sugestões	63
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

% - Percentagem

AMIM- Associação dos Micro Importadores de Moçambique

ANAMM – Associação Nacional dos Municípios de Moçambique

ASSOTSIc- Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal

AT- Autoridade Tributária de Moçambique

CIT- Comércio Informal Transfronteiriço

INE- Instituto Nacional de Estatística

PPI- Programa Prospectivo e Indicativo

PRES- Programa de Reabilitação Económica e Social

RAS- República de África do Sul

UCM - Universidade católica de Moçambique

XX - Xai-Xai

CMCXX – Conselho Municipal da Cidade de Xai-Xai

ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS E QUADRO

Índice de gráfico

Gráfico 1:População da Cidade de Xai-Xai e Agregados Familiares.....	44
Equation 2;.....	49
Equaton 3:frequência com que muitos mukheristas viajam à África do Sul	50

Índice de figura

Figura 1:Mapa de Localização Geográfica da cidade de Xai-Xai.	40
Figure 2:Processo de comercialização dos produtos nos principais mercados da Cidade de Xai-Xai	46
Figure 3:Forte presença feminina no comércio informal na Cidade de Xai-Xai:.....	48

AGRADECIMENTOS

Quando Deus nos dá a vida, ele concede-nos a oportunidade de sermos felizes. Dá-nos também a liberdade de escolher diferentes caminhos e a responsabilidade de arcar com cada uma de nossas escolhas.

A caminhada que levou até a conclusão desta dissertação não se apresentou, obviamente, como um trabalho solitário, pois envolveu múltiplos sujeitos: familiares, amigos, colegas e professores do curso que, dadas as suas contribuições, foram grandes companheiros da jornada.

Em primeiro lugar, estendo os meus agradecimentos à Universidade Católica de Moçambique – extensão de Xai-Xai, pela formação concedida e a toda equipa de docentes do Curso de Mestrado em Ciências Governação e Relações Internacionais e pela formação profissional e académica.

Num tom especial, endereço os meus profundos agradecimentos ao meu supervisor, Doutor Alba Mate, que com toda a paciência, zelo e dedicação, orientou-me de forma didáctica e científica em todas as etapas da materialização da presente dissertação. A ele devo o meu muito obrigado.

À Associação dos Grossista e *Mukeristas* de Xai-Xai, e à Direcção Provincial da Autoridades Tributarias de Gaza, por terem concedido a entrevista, vai o meu muito obrigado.

Aos amigos, MSc. Zacarias Chilaule, dr, Salustiano Mucavele, Alex Miambo, pelo apoio em material didáctico .

As minhas filhas Dercidia, Felesmina, Sílvia, Clareta, Elton, Chelton, Naira ,lurdinha, Nercinha que acima de tudo deram a sua contribuição para que se alcance o objectivo desejado. Aos meus padrinhos e afilhados que de forma incansável apoiaram, para que esta formação se materializasse, à igreja velha Apostólica, a esses todos vai o meu muito obrigado.

Finalmente, agradeço a todos os que não foram mencionados, tendo, porém, directo ou indirectamente acompanhado a minha formação. A todos, o meu sincero e profundo agradecimento.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Abel João Malate e Maria Albino Nuvunga (em *memória*), e a minha esposa Nêrcia Faustino Vilanculos Malate, pelo apoio e exemplo de vida. Nomes que aquí eternizo!

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Nelson Abel Malate**, declaro por minha honra que, este trabalho resulta da pesquisa por mim realizada para fins de obtenção do grau de Mestrado em Ciências Políticas Governança e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique – Extensão de Xai-Xai, Faculdade de Ciências sociais e que o mesmo nunca antes foi submetido a nenhuma outra Universidade para obtenção de qualquer outro grau ou diploma.

A referência bibliográfica, sobre a qual me baseei nele, vem referenciada do primeiro capítulo e ao fim do trabalho.

Xai-Xai, Novembro de 2024

O estudante

(Nelson Abel Malate)

O Supervisor

(Doutor Alba Mate)

RESUMO

A presente dissertação é intitulada: “Dinâmicas e transformações sócio - económicas associadas ao comércio informal no Sul de Moçambique: “o Caso do Mukero na Cidade de Xai-Xai “. Constitui o objectivo geral deste trabalho analisar as dinâmicas e transformações sócio - económicas ocorridas na cidade de Xai -Xai, como resultado da prática do comércio informal, o caso do *Mukero*. Metodologicamente, a pesquisa classifica-se como qualitativa, e quanto aos procedimentos técnicos recorreu-se à pesquisa bibliográfica, a entrevista semi-estruturada, observação directa, método histórico e análise de conteúdos. A questão que norteou o estudo é: como é que as dinâmicas e transformações sócio económicas que se verificam na Cidade de Xai-Xai se associam à prática do Mukero? Conclui-se neste estudo que o comércio informal está associado à prática da actividade “*mukhero*” que na sua maioria é praticada por jovens, com destaque para as mulheres como garante de sobrevivência. Como mecanismos de financiamento aos praticantes desta actividade, estes recorrem aos pequenos grupos financeiros com destaque para “*Xitique, Asca* e crédito bancário”. Quanto às relações económicas bilaterais entre os dois países, o comércio desempenha um papel importante nas trocas comerciais, no que se refere ao abastecimento de produtos importados da África do Sul para Moçambique, em particular a Cidade de Xai-Xai e, em muitos casos, preenche o espaço que o sector formal não consegue cobrir a empregabilidade da mão-de-obra local, a prática desta actividade impacta positivamente no desenvolvimento económico local do município através da arrecadação de receitas fiscais, contribuindo assim para o alargamento da base tributária. Na vertente social, os dados da pesquisa mostram-nos ainda que, com o comércio informal criam-se postos de trabalho para as famílias carenciadas sobretudo as mulheres, e que traduz mudança de padrão de vida.

Palavras-Chave: Sector Informal; Transformações Sociais e Económicas; Desenvolvimento Local

ABSTRAT

This dissertation is entitled: “Dynamics and socio-economic transformations associated with informal trade in Southern Mozambique: “the Case of Mukero in the City of Xai-Xai”. The general objective of this work is to analyze the socio-economic dynamics and transformations that occurred in the city of Xai-Xai, as a result of the practice of informal commerce, in the case of Mukero. Methodologically, the research is classified as qualitative, and regarding technical procedures, bibliographical research, semi-structured interviews, direct observation, historical method and content analysis were used. The question that guided the study is: how are the socio-economic dynamics and transformations that occur in the City of Xai-Xai associated with the practice of Mukero? This study concludes that informal trade is associated with the practice of “mukhero” activity, which is mostly practiced by young people, with emphasis on women as a guarantor of survival. As financing mechanisms for practitioners of this activity, they resort to small financial groups, with emphasis on “Xitique, Asca and bank credit”. Regarding bilateral economic relations between the two countries, trade plays an important role in commercial exchanges, with regard to the supply of products imported from South Africa to Mozambique, particularly the City of Xai-Xai, and, in many cases, fulfills the space that the formal sector cannot cover the employability of local labor, the practice of this activity has a positive impact on the local economic development of the municipality through the collection of tax revenues, thus contributing to the expansion of the tax base. On the social side, research data also shows us that informal commerce creates jobs for needy families, especially women, and that this translates into a change in living standards.

Key-words: Informal Sector; Social and Economic Transformations; Local Development

EPÍGRAFE

“Os segmentos que compõem a economia informal são altamente diferenciados, indo desde actividades orientadas para a sobrevivência até as que testemunham substancial crescimento económico.” (NYSSSENS & LINDER 2000,P.178

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1.Introdução

A evolução da economia Moçambicana no período pós - independência é considerada um dos momentos importantes no contexto das relações sócio económicas entre Moçambique e os países da região. Esta evolução conheceu dois momentos distintos: O primeiro a partir da instalação do novo governo pós - independência e a orientação ideológica marxista-leninista e a política seguida pelo Governo de transição, assim como as políticas económicas e sociais adoptadas nestes dois períodos constituíram factores importantes para o desenvolvimento da região sul de Moçambique (Mosca, 2010).

A zona sul de Moçambique desde os finais do século XIX, foi caracterizado pela exportação de mão-de-obra para África do Sul, daí que, para uma melhor compreensão do comércio transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul, torna-se necessário analisar a tradição do fenómeno migração para África do Sul.

O presente estudo é intitulado: “Dinâmicas e transformações sócio - económicas associadas ao comércio informal no Sul de Moçambique: “o Caso do *Mukero* na Cidade de Xai-Xai “. Em termos da delimitação espacial, fez-se um estudo de caso desenvolvido na região Sul de Moçambique, concretamente no Conselho Autárquico da Cidade de Xai-Xai, a capital da província de Gaza.

Quanto à delimitação temporal, o estudo centra-se nos anos de 80 e 90, onde Moçambique passou por profundas transformações sócio económicas e o sector informal começou a ganhar maior visibilidade como resultado da incapacidade do Estado em promover emprego formal aos cidadãos e a própria dinâmica da economia de mercado levou as pessoas a lutarem para a sua sobrevivência no comércio informal transfronteiriço.

De acordo com Mosca (2003,p.101) “O comércio informal transfronteiriço assegura a manutenção dos níveis mínimos de coesão da sociedade através da criação de empregos em situação de crise económica - social e da geração de oportunidades de obtenção de rendimentos para os grupos mais desfavorecidos”.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, cerca de 75,2% do total da População Moçambicana na fase economicamente activa encontra-se empregada no sector informal, sendo na sua maioria mulheres e jovens (INE, 2017).

A questão que norteou o estudo é: como é que as dinâmicas e transformações sócio económicas que se verificam na Cidade de Xai-Xai se associam a prática do *Mukero*? Com vista a dar resposta ao problema constatado, definiu-se como objectivo geral, analisar as dinâmicas e transformações sócio económicas ocorridas na Cidade de Xai-Xai como resultado da prática do *Mukero*. De forma específica, o estudo visa: (i) explicar a emergência do *Mukero* nas dinâmicas e transformações sócio económicas a nível da Cidade de Xai-Xai; (ii) avaliar o papel do *Mukero* no sustento e no melhoramento das condições de vida dos seus praticantes, e (iii) relacionar as dinâmicas e as transformações sócio económicas com a prática do *Mukero* na Cidade de Xai-Xai.

Do ponto de vista metodológico, privilegiou-se o estudo de caso. A preferência por este tipo de estudo é derivada pelo facto de constituir uma pesquisa de evento contemporâneo circunscrito num determinado espaço geográfico. Quanto aos métodos de procedimentos foi aplicada a observação directa, a entrevista semi-estruturada, o inquérito por questionário, método histórico, e a pesquisa bibliográfica. Para análise e processamento dos dados aplicou-se o método estatístico, através do pacote Microsoft Excele, para a transcrição das entrevistas privilegiou-se análise de conteúdo ou de discurso.

Com vista a facilitar a compreensão lógica, o projecto de pesquisa encontra-se estruturado em cinco (4) partes: No capítulo I: faz-se uma breve apresentação dos aspectos introdutórios, destacando-se a introdução, Problematização, questões de investigação, objectivos, Justificativa e relevância da pesquisa. O capítulo II é constituído pela revisão bibliográfica à luz dos conceitos e teorias que abordam sobre o comércio informal em Moçambique, no Capítulo III, apresenta-se a metodologia do trabalho, e por fim, no Capítulo IV apresenta-se os resultados da pesquisa, o mesmo contempla as conclusões, sugestões, e as referências bibliográficas.

1.2. Contexto da Pesquisa

A pesquisa surge da necessidade de aprofundar conhecimentos ligados ao comércio transfronteiriço praticado na sua maioria por mulheres a nível do Conselho Autárquico da Cidade de Xai-Xai. A Área de estudo localiza-se a Sul de Moçambique, na capital provincial de Gaza. O Objecto de

estudo deste trabalho centra-se nas linhas de pesquisa na área de relações internacionais concretamente no quadro referente à integração regional e relações bilaterais entre Moçambique e os países da região da SADC.

O estudo reveste-se de grande importância na medida em que procura elucidar a relevância da prática do Mukero como uma actividade do comércio informal que oferece uma oportunidade significativa de geração de renda para famílias, em particular, os agregados familiares chefiados por mulheres. Fazem parte deste grupo de jovens e mulheres aquelas que viajam por curtos períodos para comprar mercadorias para levar de volta para Xai-Xai, cidade capital da província de Gaza e abastecem o comércio a retalho e a grosso; aquelas que trazem produtos para abastecer os principais mercados localizados nos bairros da Cidade, e fazem a distribuição dos mesmos em toda a província, e, por isso, são responsáveis pela criação e recriação de trabalhos ou empregos.

Ao nível do Governo de Moçambique, para a Autoridade Tributária, o comércio transfronteiriço é denominado como lesa economia, por causa da fuga ao fisco e muitas vezes quando é praticado sem registo ou reconhecimento formal desta actividade. Porém, entre as *mukheristas* esta actividade é a fonte de renda dos seus agregados familiares, sobretudo pela incapacidade do Governo garantir emprego formal e pelos procedimentos impeditivos (burocracia e valores monetários elevados para o pagamento do registo da actividade, impostos anuais sobre a renda e dos produtos importados). Apesar destas narrativas, o comércio transfronteiriço é, acima de tudo, criador de trabalhos, e de uma cadeia de actividades que complementam esta actividade.

1.3. Problematização

A economia Moçambicana baseada em comércio informal tem se desenvolvido muito com o passar dos anos e isso acarretou profundas mudanças no mercado e no consumidor, gerando um grande dilema com o comércio habitual que conhecemos como comércio formal que, ao seu modo, enfrenta um grande decréscimo a cada ano em virtude do comércio informal. Isto gera um impacto na economia Moçambicana, em particular o da Cidade de Xai-Xai que foi retratado nesta pesquisa.

De acordo com Jairoce (2016,p.77), nas relações económicas entre Moçambique e África do Sul, o comércio transfronteiriço tem vindo a se destacar como sendo uma das actividades que mais alimenta o comércio informal. A nível da Cidade de Xai-Xai, que nos últimos tempos chegou a

ultrapassar diferentes barreiras e fronteiras do mercado em Moçambique, ao mesmo tempo é visível a contribuição deste no crescimento económico local onde a mesma é desenvolvida.

Com a intensificação do processo da globalização, a região Austral de África tem vindo a implementar medidas de integração nas vertentes política, económica e sociocultural rumo ao desenvolvimento dos estados integrantes, objectivando o combate a pobreza que afecta os povos da região (Mungoi, 2010 citado por Henriques, 2023,p.77).

Moçambique comparativamente com os países da região (sobretudo países vizinhos como África do Sul e Suazilândia) é que apresenta índice de desenvolvimento económico baixo, razão pela qual, no comércio informal transfronteiriço, que se regista nestes países com Moçambique, tem a maioria dos operadores cidadãos nacionais constituído maioritariamente por mulheres. É dentro desta esfera que surge a preocupação em compreender a dinâmica do comércio informal transfronteiriço no sul de Moçambique desde da década dos anos 90. Diante do exposto, levanta-se a seguinte questão de partida: Como é que as dinâmicas e transformações sócio económicas que se verificam na Cidade de Xai-Xai se associam à prática do Mukero?

1.4. Questões de investigação

1. Qual é a contribuição do *Mukero* no sustento e no melhoramento das condições de vida dos seus praticantes?
2. Qual é o contributo da prática do Mukero para a dinamização do sector informal na Cidade de Xai-Xai?
3. Como se explica a emergência do *Mukero* nas dinâmicas e transformações sócio económicas a nível da Cidade de Xai-Xai?
4. Que relação se pode estabelecer entre as dinâmicas e as transformações sócio económicas com a prática do *Mukero* na Cidade de Xai-Xai.
5. Quais são os principais praticantes do *Mukero* a nível da Cidade de Xai-Xai?

1.5.Objectivos da pesquisa

1.5.1.Geral

- Analisar as dinâmicas e transformações sócio económicas ocorridas na Cidade de Xai-Xai como resultado da prática do *Mukero*.

1.5.2.Específicos

- Explicar a emergência do *Mukero* nas dinâmicas e transformações sócio económicas a nível da Cidade de Xai-Xai;
- Avaliar o papel do *Mukero* no sustento e no melhoramento das condições de vida dos seus praticantes.
- Relacionar as dinâmicas e as transformações sócio económicas com a prática do *Mukero* na Cidade de Xai-Xai

1.6.Justificativa

A zona sul de Moçambique praticamente desde os finais do século XIX, foi reservado o papel específico de exportação de mão-de-obra para África do Sul, daí que, para uma melhor compreensão do comércio transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul, torna necessário analisar a tradição do fenómeno migração para África do Sul (Saide et all , 2012,p.136) .

Segundo alguns estudiosos como Amaral (2005), Cruz e Silva (2006) Lopes (1999), Mosca (2010) e Covane (2019) consideram que o comércio informal transfronteiriço como uma actividade que surge para aliviar a pobreza e acalmar os anseios da população pelo emprego formal. Mosca (2009) em suas abordagens salienta que os poderes políticos permitem o desenvolvimento do comércio informal na medida em que reduzir a pobreza, gera auto-emprego e cria rendimentos que camuflam os sintomas mais chocantes da pobreza e acalmam eventuais manifestações e revoltas.

No contexto dos parágrafos supracitados, nasceu a curiosidade de desenvolver a presente pesquisa sobre os impactos do comércio transfronteiriços no contexto das relações bilaterais entre Moçambique e África do Sul, procurando evidenciar a influência desta no contexto do desenvolvimento da cidade de Xai-Xai. A escolha deste tema teve em conta o relacionamento e a afectividade que se tem por parte do pesquisador, em relação ao comércio informal transfronteiriço e aos mercados onde as transacções ocorrem, que têm para o pesquisador de história social e económica, alto grau de interesse pessoal, visto ser um tema pouco explorado. O facto do comércio informal transfronteiriço desempenhar um papel relevante, não só para os protagonistas, mas também no abastecimento dos mercados na cidade de Xai-Xai que é a capital de Moçambique e as restantes províncias do País.

Constitui também a motivação para esta pesquisa compreender o envolvimento dos diferentes estratos sociais da comunidade da Cidade de Xai-Xai em particular a inserção da mulher no mercado informal local. Com base nas experiências vivenciadas no dia-a-dia chego a conclusão de que o comércio informal transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul contribui significativamente na dinâmica e transformações sócio económica da área de estudo, facto que os praticantes desta actividade melhoram a sua situação social e económica na medida em que adquirem bens de prestígios como viaturas, investem os seus rendimentos na construção de habitações do tipo convencional, educação e saúde dos filhos entre outros.

Este trabalho pretende ser um contributo para a compreensão da dinâmica do comércio informal transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul, visando a valorização da participação das mulheres no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. Também irá contribuir para aferir o papel desta modalidade de comércio na ocupação da força de trabalho local.

Todavia, o proponente deste trabalho escolheu este período de (1990-2020) por ter constatado que um número elevado de mulheres e jovens a viajam para a vizinha África do sul a busca de melhores oportunidades, bem como a intensificação da prática da actividade do comércio informal como resultado deste fenómeno migratório. É neste contexto, que assume-se a presente pesquisa como relevante para a sociedade, pois constitui uma ferramenta que mostra a forma como os praticantes do comércio informal transfronteiriço vivem e os respectivos impactos na comunidade. A pesquisa é também revestida de importância científica, na medida em que, através dos fundamentos científicos e análises académicas apresentadas irá enriquecer o saber científico.

Por fim salienta-se que o tema é de extrema importância e necessita de actualização, abrindo espaço para novas ideias e possibilidades de estudo na área.

CAPITULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo encontra-se feita a descrição conceptual baseado fundamentalmente na definição dos principais conceitos relacionados com a pesquisa, a luz de diferentes visões e concepções na óptica de vários teorizadores que abordam sobre a matéria em estudo.

2.1. Debate Conceptual

O comércio é “uma actividade que está relacionada à distribuição de produtos no mercado interno e externo”. Existem diversos tipos de comércio que movimentam a economia e empregam muitas pessoas em Moçambique e no mundo. (Valà, 2007,p.90).

Segundo Mosca, (2010), o comércio é “uma actividade caracterizada pela troca e distribuição de bens e serviços, tem como principal vector de troca a monetarização numa cadeia de valor e de produção “.

Estudos feitos por Suavin (2015,p.90) define “comércio como sendo são uma actividade de trocas de produtos com finalidade de se elevar a cadeia de valor”. Numa dimensão histórica o comércio surge no neolítico onde teve a denominação de escambo quando outrora era feita com base em troca de produtos sem introdução da monetarização.

Com base nos conceitos acima arrolado constata-se que ambos comungam na ideia de que o comércio surge para aliviar a pobreza e acalmar os anseios da população pelo emprego formal.

Zavalá (2009,p.54) nota que os poderes políticos permitem o comércio porque este termina por reduzir a pobreza, gera auto-emprego e cria rendimentos que camuflam os sintomas mais chocantes da pobreza e acalmam eventuais manifestações e revoltas.

Segundo Lopes (1994) citado por De Soto (2003) caracteriza o comércio informal “como aquele que se realiza à margem das normas estatais que regulam a actividade comercial, e até mesmo contra elas. Identifica dois tipos essenciais de comércio informal: O comércio realizado na rua que se subdivide em comércio fixo e comércio itinerante (ambulante) e o comércio que se efectua nos mercados”. O autor sublinha que os comerciantes informais, regra geral, não têm licença para o exercício da actividade, não pagam impostos nem emitem facturas relativas às transacções efectuadas.

O comércio formal são actividades realizadas à margem das leis, têm licença para o exercício da actividade, pagam impostos, e emitem facturas relativas às transacções efectuadas (Mosca, 2009).

O comércio informal é a actividade orientada para o mercado com o principal objectivo de criar emprego e rendimento para as pessoas nela envolvida e para os seus agregados familiares, com uma lógica de sobrevivência.

Mukhero é a actividade de micro-importação informal caracterizada pela travessia da fronteira de Ressano Garcia para África do Sul, local onde os *mukheristas* compram diversos bens para posterior revenda, geralmente a grosso, nos mercados de Maputo (Chivangue, 2012,p.10). O *mukhero* também situa-se na categoria do comércio transfronteiriço informal.

Ainda de acordo com o mesmo autor, comércio itinerante, vulgarmente conhecido como comércio ambulante, é uma das principais formas de exercício do comércio informal. Os comerciantes percorrem itinerários determinados, desenvolvendo a sua actividade a uma escala muito reduzida.

A generalidade dos comerciantes informais opera por conta própria, ainda que seja também frequente encontrar vendedores ambulantes a trabalhar por comissão (a pessoa recebe a partir do volume de produtos vendidos por ele próprio) para comerciantes de rua com localização fixa ou para operadores instalados nos mercados informais. O comércio fixo realiza-se em locais fixos da via pública, de maior e mais fácil acesso à clientela. Regra geral, os operadores instalados em locais fixos na rua exerceram anteriormente a actividade comercial itinerante.

Para o INE (2005), comércio informal é toda actividade comercial não registada na Repartição de Finanças. Fazem parte deste grupo unidades não licenciadas, vendedores de rua, de esquina, de mercado, etc.

De acordo com Chivangue (2022, p.99), as actividades do comércio informal incluem:

- a) Comércio por grosso: Compreende a actividade de revenda por grosso sem transformação, de bens novos ou usados, a comerciantes (retalhistas ou grossistas), as indústrias e utilizadores institucionais e profissionais ou a intermediários (quer actuem por conta de terceiros ou por conta própria). Os bens podem ser revendidos em bruto, tal como foram adquiridos.
- b) Comércio a retalho: Compreende a actividade de revenda a retalho, sem transformação de bens novos ou usados, destinados ao consumidor final, às empresas e outras instituições.

Ainda na mesma senda, o autor salienta que os bens podem ser revendidos tal como foram adquiridos, ou após a realização de algumas operações associadas ao comércio a retalho, tais como, a escolha, a classificação e o acondicionamento. Os bens incluídos neste tipo de comércio são de consumo. Este tipo de comércio desenvolve-se através de várias formas: em estabelecimentos, fora destes, feiras, venda ambulante, venda por correspondência, ao domicílio, etc. (p.100).

O termo “sector informal” foi usado pela primeira vez em Gana por Keith Hart na Conference on Urban Unemployment Studies (IDS-University of Sussex) em Setembro de 1971. Este texto apenas foi publicado em 1973. Mas, foi no Quênia que o termo sector informal se popularizou através da Missão da OIT ao Quênia em 1972 (Barbosa, 2009; King, 1996).

Para Noronha (2003,p.88) a utilização dos conceitos “formal” e “informal” não é clara, assim como não há coesão sobre o papel da legislação nos contractos de trabalho. Este autor sugere o uso do conceito “informalidade”, cujo significado depende sobretudo da compreensão do conceito “formalidade” predominante em cada país, região, sector ou categoria profissional.

Na mesma lógica da definição anterior, Queiroz (2009,p.55) considera sector informal a actividade orientada para o mercado com o principal objectivo de criar emprego e rendimento para as pessoas nela envolvida e para os seus agregados familiares, com uma lógica de sobrevivência. O não registo da sua actividade é uma característica do sector informal e não um critério para defini-lo.

O conceito de sector informal não é universal, pós varia de perspectiva de cada pesquisador, de país para país em função do nível de desenvolvimento. Portanto, procura-se encontrar um conceito que se ajustado a situação de Moçambique (Duarte, 2014). O sector informal é uma actividade socialmente tolerada com objectivo de criar emprego e rendimento para sobrevivência das pessoas nela envolvida e seus agregados familiares, operando parcial ou totalmente a margem do controlo do poder público local/regional/nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico (Lopes, 1999). Chivangue (2012) define o sector informal como sendo todas actividades não registadas, pelo município ou junto à Administração Distrital ou Local, praticada por agentes económicos que não possuem autorização por parte das autoridades fiscais para o exercício da sua actividade e empregando não mais de 10 trabalhadores com objectivo principal de criar emprego e rendimentos para sobrevivências das pessoas envolvidas.

Na linha dos conceitos sugeridos por De Soto (1994). Checo (2003); Lopes, (2009) & Amaral, (2005) citados por Duarte (2014) definem o comércio informal como sendo aquela actividade que se realiza, nas ruas e nos mercados ou em sistema ambulante, por agentes económicos que, não possuem licença para exercício da actividade, não pagam impostos nem emitem facturas das vendas. Comércio informal de ponto fixo – é actividades exercidas em barracas não removíveis em locais previamente designados. Estes incluem aos que tem barraca nos mercados ou qualquer local junto as vias públicas e a porta de habitações.

Mas, segundo Lopes (1999) o comércio informal diferencia-se do comércio ilegal que refere as actividades comerciais não reconhecidas nem permitidas por parte dos poderes públicos, incluem-se nesta categoria o contrabando e o tráfico de produtos ilícitos (drogas, armas, etc.). Outra variante de comércio informal, sugerido por Lopes (1999) e Chivangue (2012) citados por (Duarte, 2014) pode ser de dois tipos:

- Comércio fronteiriço
- Comércio transfronteiriço

Que, na óptica destes autores, entende-se por comércio informal fronteiriço o comércio de produtos realizado em espaços geográficos nas imediações de uma fronteira entre dois estados, pode identificar apenas as trocas comerciais realizadas apenas de um lado da fronteira; e, comércio transfronteiriço - comércio de produtos realizado entre agentes económicos sedeados em espaços geográficos situados de um lado e do outro de uma fronteira entre dois países, reporta à contiguidade dos espaços nos quais se realizam as trocas comerciais (via terrestre ou fluvial).

No caso de Moçambique incluem os microimportadores “Mukherista” (Chivangue, 2012) e, comerciantes ambulantes informais vindo de outros países (Zimbabwe).

O comércio informal gera rendimentos elevados e por falta de sistema de controlo rigoroso, grande número de operadores económicos informais não se encontram registados formalmente por conseguinte escapam as colectas da fiscalização que implica a perda de muita receita por parte de Estado comprometendo assim, a sua função e fim. Por isso, a inserção dos informais como sujeitos passivos do imposto para os pequenos operadores, traria um benefício para o Estado, pelo menos em matéria de colecta de um volume de receitas ajudando também no alargamento da base tributária (Duarte, 2014).

Para os operadores este sector informal a curto prazo, teriam a possibilidade de obter créditos bancários, ajudando-lhes a ampliar os seus negócios e a longo prazo teriam como benefícios indirecto a construção de escolas, hospitais, melhoramento das condições sanitárias e outras infra-estruturas que vão contribuir para o bem-estar de todo seu agregado familiar (Duarte, 2014).

O comércio “informal” representa alterações significativas no papel do género na sociedade e economia (Piepoli, 2005).

De uma posição subalterna, dependente e sujeita às funções e ritos tradicionais, as mulheres, também através da economia “informal” (sobretudo no comércio), começaram a assumir um papel activo e directo na integração do mercado das famílias e de afirmação pessoal, com obtenção de rendimentos e geração de riqueza. Este processo foi e é de ruptura, e portanto, cria conflitos com reestruturações na divisão social do trabalho no seio das famílias e das comunidades e configura novas relações de poder entre o homem e a mulher (Mosca, 2009).

2.2. Desenvolvimento Económico Local

De acordo com Milani (2005,p.77) refere que o desenvolvimento deve ser entendido levando - se em conta os aspectos locais, aspectos estes que têm significado em um territórios específico. O global passa a ter sua importância associada ao local e vice e versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro e, por conta disto, muitos autores utilizam o termo “glocal”, a junção dos dois aspectos, para se referir ao desenvolvimento.

Na perspectiva de António (2010) citado por Oliveira (2002, p.40), desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e principalmente, humana e social.

O desenvolvimento é considerado como um resultado do crescimento económico seguido de melhoria na qualidade de vida de uma sociedade, ou seja, aumento do Produto Interno Bruto e a eficiência na alocação de recursos pelos diversos sectores da economia, melhorando o bem-estar económico e social da população, isto é, trata-se da redução da pobreza, do desemprego e das desigualdades e aumentos nas condições de saúde, na alimentação, educação e moradia, são considerados melhorias no desenvolvimento (Oliveira, 2002,p.40).

Nestas, vertentes, entendemos desenvolvimento como uma justa repartição dos ganhos económicos de uma sociedade pelos membros dessa mesma sociedade e uma melhoria no padrão de vida dos cidadãos.

Segundo Oliveira et al (2014, p.15), pode-se definir o desenvolvimento local como sendo o conjunto de diversas dinâmicas que se relacionam (social, económica, política e cultural), actuantes em um território demarcado por características próprias que induzem mudanças qualitativas naquela estrutura.

Para Milani (2005,p.65) o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento económico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Estes três factores, estão inter-relacionados e são interdependentes. O aspecto económico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho.

Apoiando-se nas ideias dos autores acima, entendemos desenvolvimento local como um processo de crescimento e mudança estrutural, em face da transferência de recursos das actividades tradicionais para as modernas, bem como do aproveitamento das economias externas e das inovações, que elevam o bem-estar social.

O conceito de desenvolvimento local é em si um conceito fugidio e que possibilitou várias apropriações e articulações. Esse conceito de desenvolvimento local, da forma como surge a partir da década de 1990, possui suas principais características atreladas à ideia de desenvolvimento económico [como uma crítica a esse modelo de desenvolvimento], que tinha sido alvo das discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países capitalistas, assim como das ideias sobre centro e periferia nos processos económicos (Furtado, 2007).

O ponto básico que se tinha de discussão [sobre o desenvolvimento económico, antes da década de 1990, estava assentado sobre a modernização, a tecnologia desenvolvida e a estrutura industrial existente nos países, para a classificação dos países desenvolvidos e daqueles subdesenvolvidos (Goulart, 2006).

Não é possível negar que o conceito de desenvolvimento local, nos dias actuais, apesar das suas metamorfoses (desenvolvimento sustentado, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento integrado, desenvolvimento regional, etc.) não escapou aos ditames económicos. O que houve foi a integração de outros aspectos para que houvesse a qualificação necessária ao termo desenvolvimento local, como o fato de inserir nestas discussões os atributos sociais, ambientais e culturais (Martins, 2002 e Senra, 2010).

Assim, o termo desenvolvimento local surgiu como a possibilidade ou mesmo contraponto em relação a todo aparato de discussões que se tinha sobre o desenvolvimento económico, que passou a ser visto como crescimento económico. A intenção era, no entremeio a todo processo de descentralização da administração pública, da impossibilidade dos Estados conduzirem, de forma geral, os processos de desenvolvimento e das restrições evidentes nos modelos de desenvolvimento económico, possibilitar a localização de formas peculiares de desenvolvimento. Essas formas peculiares de desenvolvimento, observadas em nível local, tinham como pressuposto as capacidades que os grupos sociais tinham de obter a sustentação económica, social e ambiental de suas práticas (Pires, et. all, 2006).

Apesar dessas iniciativas, as críticas foram inúmeras. Primeiro que a concepção de desenvolvimento local era amplamente relativa. Isso porque o localismo expresso neste conceito de desenvolvimento conduzia a interpretações múltiplas, onde o local poderia significar: um bairro, em relação a uma cidade; ou uma região, em relação a um Estado; ou um país, em relação a um continente; ou um continente, em relação aos vários outros continentes. Se o desenvolvimento local surgia como um contraponto ao desenvolvimento económico que se estabelecia a partir das iniciativas do Estado.

Então no atributo local estaria expresso aspectos ligados às unidades micro ou regionais deste Estado, no sentido de evidenciar formas de desenvolvimento que impactassem directamente no aumento da qualidade de vida, por exemplo, existentes em regiões, cidades ou bairros (Froehlich, 1999; Oliveira, 2001).

Esse fato fica evidente também no trabalho de Fischer (2002,p.66), ao salientar que o “local” está ligado a duas ideias que conduzem à ambiguidade: uma referente a inércia e outra a movimento. Em um sentido estrito, salienta essa autora, o “local” surge como um espaço delimitado, com características estáticas; e, também, numa relação directa com o global, o que instaura mudanças constantes nas relações estabelecidas entre os atores.

2.3. Teorias de base sobre o Comércio Informal

2.3.1. Teoria geral de emprego

A teoria de base usada para sustentar a análise científica desta dissertação é a “ Teoria Geral de Emprego Keynes (1988) ”, assume que as características sócio -económicas podem influenciar os indivíduos na “escolha” do tipo de emprego.

Segundo essa teoria há uma situação em que a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente é maior do que o volume de empregos existentes. Também há uma outra situação em que o desemprego resulta da recusa em aceitar um emprego por parte do trabalhador, em consequência de vários factores não motivadores tais como baixa remuneração ou más condições de trabalho. O comércio informal é uma consequência dos desequilíbrios, distorções ou rupturas de mercado e de políticas desajustadas.

Uma visão mais sistémica sobre a teoria (Mosca, 2009), nos adverte que “os poderes públicos permitem o comércio “informal”, porque este termina por reduzir a pobreza, gerar auto-emprego e criar rendimentos que camuflam os sinais da pobreza e, em muitas situações, beneficiam as sub-elites e as burocracias intermédias”.

2.3.1 Teoria Estruturalista

De acordo com Henriques (2023, p.98), a teoria estruturalista busca entender como a estrutura organizacional influencia o comportamento dos praticantes do comércio informal. Ela enfatiza que o sector informal é um sistema complexo onde a economia esta em constante circulação, nela as regra e relações que afectam a produtividade são elementos essenciais para um bom desempenho do sector em Moçambique.

De fato, como já citamos acima, a teoria estruturalista é uma abordagem na sociologia e nas ciências sociais que busca analisar as estruturas subjacentes que influenciam o comportamento humano, as organizações e a sociedade como um todo.

Essa teoria destaca a importância das estruturas e sistemas para compreender os fenómenos sociais, buscando identificar padrões e regularidades que permeiam diferentes níveis de análise. O estruturalismo concentra-se nas estruturas que organizam e sustentam o comportamento humano. Essas estruturas podem ser sociais, económicas, culturais ou organizacionais.

Feita uma análise da teoria pose-se concluir que a teoria estruturalista na abordagem sobre o sector informal ela e caracterizada por ser interdisciplinar, sendo aplicado em diversas áreas, como economia, sociologia, antropologia, psicologia, linguística, entre outras. A ideia é que as estruturas subjacentes são comuns a diferentes contextos sociais.

Em suma a esta teoria apresenta as ligações existentes entre os sectores formal e informal, as suas inter-conectividades e interdependências, que tornam o sector informal uma componente necessária para a economia global/ internacional e nacional

2.3.2. Teoria Legalista

Embora as teorias sobre a informalidade não contribuíssem muito para explicar a legalidade com maior ou menor dinamismo do mercado de trabalho, este conceito foi utilizado por vários autores para caracterizar a situação ocupacional de segmentos mais vulneráveis dos trabalhadores.

Estudos desenvolvidos por Hildete Melo e Jorge Teles (2000) procuraram demonstrar como o crescimento da informalidade nos Países da América latina com destaque para o Brasil e Argentina, nos anos 1990, foi resultado do lento processo de esvaziamento económico da metrópole e da baixa capacidade de geração de empregos nos segmentos melhor estruturados. Em particular, o aumento de ocupados no comércio ambulante foi visto como expressão da maior precariedade do mercado de trabalho carioca (onde a taxa de desemprego aberto é inferior à média nacional)

Ainda no contexto da teoria legalista Cacciamali, (2002, p. 8), nos adverte que:

“Não existe uma dicotomia entre o mercado de trabalho formal e informal, mas sim um continuum de situações que podem ser observadas tanto do lado da demanda como da oferta de trabalho. Do lado da demanda de trabalho, sucedem-se diferentes formas de contratação de acordo com o perfil de necessidades da empresa, algumas inclusive mistas, como por exemplo a contratação com carteira assinada, mas com sub-registro da remuneração, ou outras [...] dissimulando a relação de subordinação e de regularidade, que caracteriza o assalariamento ou a relação de emprego”.

Do lado da oferta de trabalho, as pessoas podem percorrer diferentes caminhos ocupacionais e formas de inserção, iniciando sua trajectória a partir de trabalhos sem remuneração, sendo empregado por meio de diferentes modalidades de contrato e intercalar essas relações de emprego com trabalho por conta própria. Esse fato no caso brasileiro nos remete à necessidade de redefinir as relações entre as diferentes categorias de inserção no trabalho, o direito laboral e a seguridade social, de tal forma a abranger toda a trajectória ocupacional do indivíduo e a incentivar as empresas a gerar empregos e actividades

Em suma essa teoria mostra-nos que as políticas neoliberais da economia, permitem ao sector informal servir de uma base de apoio, para o início de pequenas actividades comerciais informais, que eventualmente possam vir a tornar-se formais e contribuir para o crescimento económico.

2.4. O comércio Informal Transfronteiriço e sua Dinâmica em Moçambique

Em Moçambique, Mosca (2010,p. 84) questiona se o comércio informal não será “um factor de alívio da pobreza a curto prazo que a governação cria, em benefício da concentração da riqueza, da manutenção de uma crise de intensidade suportável e que termina por comprometer o crescimento estável a longo prazo?” Esta questão denota uma preocupação com o desenvolvimento económico em termos globais e o autor sugere que, numa situação em que o crescimento económico não resulta em spillover effect, a economia informal poderá estar a ser usada pela elite governante como uma esponja atenuadora de potenciais conflitos sociais que ocorreriam na sua ausência.

No contexto do desenvolvimento do comercio transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul, uma nova prática de comércio informal emerge como é o caso do “*mukhero*” que pode ser definido com autores como Covane (2019 e Mosca (2012), Silva (2009) como uma “ actividade de micro-importação informal caracterizada pela travessia da fronteira de Ressano Garcia para África do Sul, local onde os mukheristas compram diversos bens para posterior revenda, geralmente a grosso, nos diferentes mercados da Zona sul do país em particular o da Cidade de Xai-Xai . Neste trabalho os praticantes desta actividade são classificados como micro -empresários informais.

No que se refere à influência das políticas públicas e sociais o comércio informal observa-se um desfasamento entre a acção política e a realidade objectiva do país (Baptista-Lundin 2011, Francisco 2011). E Mosca (2010,p.96) salienta que a economia informal é gerada por “políticas públicas desajustadas e debilidades institucionais” em que o Estado aparece como um dos principais causadores de informalidade.

De acordo com Hugon (1999,p.97) a evolução futura do sector informal “permanece, todavia, fortemente ligada, quer à acção do Estado, que deve suportar o funcionamento do seu meio envolvente, quer ao dinamismo do sector moderno (fornecimento de inputs e de canais de escoamento).” Ora, em nosso entender tal só é possível quando existe uma visão clara sobre os caminhos a seguir para o desenvolvimento, o que não parece ser o caso de Moçambique.

Esta constatação é suportada pelo argumento de Castel-Branco (2011,p. 20) quando questiona a capacidade dinamizadora do Estado, afirmando que a preferência do governo se centra na “manutenção dos altos níveis de ajuda como estratégia de sobrevivência política num contexto de pobreza generalizada e de acumulação primitiva.”

No que concerne à política, Francisco e Paulo referem que “lendo os recentes instrumentos do governo, tais como o Programa do Governo, Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA 2006-2009, ou PARPA II) a questão da informalidade no seu todo é marginalizada e quando explicitamente mencionada, reduz-se ao mercado convencional, considerando como foco da economia informal, o mercado de trabalho” (p.100).

A mais recente versão do PARPA, o PARP 2011-2014, apresenta as mesmas contradições e insuficiências dos anteriores documentos. Embora assuma que a maioria da população moçambicana depende do informal, sugere que esta deverá ser integrada no formal através da criação de emprego, o que passa pela captação do investimento estrangeiro, sobretudo ligado aos megaprojectos, situação à qual Soderbaum (2007) se refere como uma forma ingénua de pensar o desenvolvimento.

Dentro do comércio transfronteiriço encontra-se uma classe de *mukerista* organizados em associações, que vende produtos diversos trazidos de África do Sul (batata, cebola, repolho, alho, tomate, fruta, leite, cremora, milo, óleo de cozinha, trigo, ovos, sumos, iogurtes, artigos de plástico, porcelana, vidro, roupa e bebidas), por importa produtos a partir da China, tais como: material de escritório, mobília de sala, loiça sanitária. A prática do comércio informal associada ao comércio transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul permite reduzir pobreza e gerar riqueza, numa extensão limitada. E os poderes políticos locais permitem o comércio informal, porque este termina por reduzir a pobreza, gera auto-emprego e cria rendimentos que camuflam os sintomas mais chocantes da pobreza e acalmam eventuais manifestações e revoltas.

No comércio informal existem dois grupos de comerciantes informais: I Grupo constituído por indivíduos que o pratica como uma actividade alternativa (principal) que serve de única fonte da sua sobrevivência e do seu agregado familiar, e o II grupo constituído por indivíduos que desenvolvem o comércio informal como actividade complementar (secundária) para fazer face aos baixos rendimentos obtidos no mercado formal.

Olhando para as duas formas do comércio, conclui-se que o informal é o mais concorrido ocupando cerca de 80% das actividades praticadas em Moçambique, por este ter maior oferta e grandes facilidades às pessoas pobres, que devido a sua baixa renda não conseguem se fazer no comércio formal.

Por outro lado, o comércio informal possui estratégias mais flexíveis e adaptadas aos consumidores de rendimentos baixos (venda de cigarros e não de maços, de montinhos de bens alimentares e não ao peso (Kg) etc.), o que implica a segmentação do mercado do lado da procura e da oferta: são os pobres aqueles que se cruzam na relação de compra e venda nestes mercados. Isto é, o comércio informal intervém na oferta de bens e serviços adequados aos rendimentos e ao poder de compra de grande parte da população desfavorecida.

O comércio formal tem algumas limitações devido as exigências que tem, daí que só é praticado pelas pessoas de poder económico forte, e os que não estão em condições de satisfazer as tais exigências recorrem ao comércio informal.

Tanto o comércio formal assim como o comércio informal funcionam em paralelo e são praticados com mais incidência nos centros urbanos, cidades e nas zonas rurais. É de salientar que o comércio informal é o que mais se verifica em dois meios. Há entre há entre o comércio formal e comércio informal uma forte relação de interdependência, onde ambos concorrem para o desenvolvimento e crescimento sócio - economia de Moçambique.

2.5. Características do Comércio Informal em Moçambique

O comércio informal transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul é hoje um conjunto de operadores considerados um dos sectores económicos mais dinâmicos e economicamente agressivos que, buscando a sua sobrevivência nas trocas comerciais, esta pratica tem ocupado e proporcionado rendimentos alternativos a muitas famílias moçambicanas. Maposse (2011) e Matsimbe (2013) apontam as seguintes características do comércio informal transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul:

- Há em quase todo o País, mas com maior intensidade nos centros urbanos;
- É formado por pequenas unidades comerciais, complexos comerciais de pequenas, médias e grande escala;
- É de fácil entrada e integração, mas com muitos riscos de se extinguir;
- Não têm licença para o exercício da actividade, não pagam impostos nem emitem facturas relativas às transacções efectuadas, não contribui para as receitas do Orçamento Geral do Estado, embora às vezes esteja sujeito à pagamentos de taxas e multas diversas.

- Não beneficia de crédito bancário oficial, mas depende de poupanças pessoais, de amigos, familiares, através de colectas monetárias (xitique que é a principal fonte de financiamento do comércio informal transfronteiriço);
- É um mercado competitivo mas irregular, e sem exclusividade no exercício de actividades;
- Emprega mão-de-obra barata, jovem, e com predominância do sexo feminino em certas actividades como venda de produtos hortícolas, vegetais e outros produtos agrícolas, confecção de comida, comes e bebes, cabeleireiro, etc.
- Não existe qualificação académica alguma, a formação profissional é reduzida ou inexistente, privilegia-se as práticas de aprendizagem no processo de trabalho;
- Pratica preços mais competitivos que o do comércio formal mas, às vezes, é o seu sistema flexível de venda ao retalho (consoante a procura) que o torna preferido pelas famílias mais carentes ou pobres;
- Não tem horários fixos, nem dias fixos de trabalho, o que torna-o sempre útil ao qualquer momento;
- Não observa os procedimentos legais e certas vezes podem perigar a saúde pública e o meio ambiente, para além de ser um foco potencial de prática de crimes diversos e abuso de menores.

2.6.Comércio transfronteiriço entre Moçambique e África do sul e as possibilidades de integração regional

A importância do comércio transfronteiriço em pequena escala em Moçambique para a segurança alimentar, a criação de emprego directo e indirecto, o crescimento inclusivo e a redução da pobreza não pode ser sobrestimada. Esse comércio desempenha um papel significativo na garantia de um fluxo contínuo de produtos acessíveis entre Moçambique e os países vizinhos. Através do seu suprimento bidireccional de produtos agrícolas e alimentares, os comerciantes transfronteiriços são um activo valioso na segurança alimentar da região. Contribuem significativamente para reduzir o défice alimentar em contextos em que a produção local, a ajuda alimentar e os mercados formais se revelam insuficientes para satisfazer a procura total.

O comércio transfronteiriço de pequena escala de Moçambique é dominado por artigos agrícolas tais como grãos e farinha de milho, feijão, frutas (particularmente cítricos, tais como laranjas e limões), ovos, batatas, cebolas e outros vegetais. Os produtos não agrícolas mais comercializados incluem

têxteis, vestuário e calçado, especiarias de cozinha e, em algumas fronteiras, bicicletas e peças de veículos automóveis, materiais de construção e utensílios de cozinha (Raimundo e Chikanda, 2016).

A direcção desse comércio em termos de produtos de valor acrescentado depende principalmente da capacidade produtiva dos parceiros comerciais, tal como se reflecte na diversidade e complexidade dos seus produtos exportados. Tal como indicado na sessão anterior sobre as concatenações regionais da cadeia de valor, a África do Sul é um dos principais parceiros comerciais de Moçambique na região. Este é ainda mais o caso quando se trata de comércio transfronteiriço em pequena escala.

Os dados da pesquisa mostram que Moçambique é um importador líquido de produtos agrícolas e não agrícolas de valor acrescentado da África do Sul (TMEA, 2022). Isto reflecte a produtividade e vantagem comparativa da África do Sul sobre Moçambique, devido ao desenvolvimento industrial mais avançado da África do Sul e à maior adição de tecnologia. Apesar dos estreitos laços comerciais entre os dois países, os dados sobre o comércio de valor acrescentado registados nas estatísticas destacam a troca mínima de insumos entre os dois países no contexto das cadeias de valor (menos de 2 por cento tanto nas concatenações a montante como a jusante), inclusive em sectores como a agricultura, que têm potencial para cadeias de valor viáveis entre eles.

Por exemplo, apesar de Moçambique ser um dos países africanos com a maior superfície de terra arável e ser produtor de milho, a farinha de milho lidera as importações informais de Moçambique da África do Sul. Inversamente, a África do Sul não é um destino comercial transfronteiriço de pequena escala para o milho moçambicano.

Além disso, a maioria dos produtos agrícolas importados da África do Sul por pequenos comerciantes transfronteiriços, tais como vegetais, frutas e leite, são igualmente produzidos em Moçambique, o que sugere a competitividade da África do Sul, principalmente devido à redução dos custos de produção nesse país, resultante de uma maior eficiência devido a uma melhor internalização da tecnologia e do desenvolvimento industrial.

Além disso, os custos de transporte relativamente mais baixos associados ao transporte de mercadorias da África do Sul para Maputo e outras cidades do sul de Moçambique em comparação com o transporte de mercadorias para Maputo a partir de outras partes do país - devido não só às distâncias mais curtas mas também a melhores infra-estruturas logísticas e de transporte - são tais

que em muitos casos mais do que compensam o tempo e os custos adicionais envolvidos no transporte de mercadorias através da fronteira.

Como tal, a competitividade dos produtos sul-africanos deve-se também às melhores infra-estruturas e redes de distribuição desse país. As mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala têm poucas oportunidades de serem directamente integradas às cadeias de valor da África do Sul devido à sua limitada capacidade financeira e produtiva. No entanto, o fato de visar o mercado moçambicano sugere o contrário. A este respeito, é importante notar que as mercadorias que os pequenos comerciantes transfronteiriços importam da África do Sul são também uma componente chave na cadeia de valor dos restaurantes em Moçambique.

Os restaurantes compram esses produtos directamente desses comerciantes ou através de retalhistas que geralmente compram esses produtos de comerciantes transfronteiriços de pequena escala (Macamo, 1999). Isto sugere que o potencial das mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala no aumento do comércio e do crescimento inclusivo pode ser facilmente aproveitado na cadeia de valor da hotelaria e restauração, que é também uma componente - chave do sector do turismo.

Os hotéis e restaurantes são de fato os principais compradores de produtos agrícolas, tanto nas suas formas brutas como processadas. Contudo, necessitam de uma fonte fiável e consistente para estes bens, bem como de serviços de acompanhamento, tais como transporte e distribuição. O agrupamento e o trabalho em rede serão componentes essenciais da integração das mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala nas cadeias de valor dentro de Moçambique.

Por um lado, ao reunirem-se em grupos (por exemplo, através de cooperativas) com base nos seus produtos chave e mercados - alvo, as mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala aumentarão a sua capacidade de satisfazer eficazmente a procura do mercado. Por outro lado, as parcerias entre estes agrupamentos de mulheres comerciantes e entidades específicas nas cadeias de valor proporcionarão um duplo benefício, assegurando um mercado e melhorando o acesso à informação do mercado, especialmente se as parcerias permitirem que as mulheres tenham acesso às redes da cadeia de valor.

Essa abordagem tem o potencial de aumentar os rendimentos das mulheres e proporcionar uma via para o crescimento das empresas através de um melhor acesso a mercados estáveis e altamente remuneradores. Uma tal abordagem não exigiria elevados níveis de competência técnica ou

capacidade financeira. No entanto, é importante salientar que a política governamental relevante que encoraja hotéis e restaurantes a obter os seus produtos junto dos retalhistas locais será crucial para assegurar a viabilidade e sustentabilidade destas parcerias.

Do mesmo modo, o acesso a programas de formação específicos sobre a aquisição de bens para hotéis e restaurantes será outra componente importante. Passando às possíveis oportunidades para as mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala em Moçambique com outros países vizinhos - nomeadamente o Malawi e a Zâmbia - as características dos fluxos comerciais transfronteiriços com estes países são bastante distintas daquelas observadas com a África do Sul. Enquanto o comércio transfronteiriço de pequena escala entre Moçambique e a África do Sul é dominado pelas importações da África do Sul, o comércio transfronteiriço de Moçambique com o Malawi inclui exportações moçambicanas significativas de produtos agrícolas em grande parte não processados, tais como grãos de milho, feijão, carne e vegetais.

Vale a pena referir a este respeito a componente de subsistência que domina os sectores agrícolas, tanto em Moçambique como no Malawi. Portanto, produtos semelhantes na sua forma bruta são também importados do Malawi. Embora este comércio traga segurança alimentar a ambos os lados, particularmente durante as épocas de escassez, os benefícios tanto para os comerciantes como para as economias envolvidas são mínimos em comparação com um cenário em que o comércio envolveria produtos que foram submetidos a alguma transformação.

Tendências semelhantes são observadas no comércio transfronteiriço de pequena escala entre Moçambique e a Zâmbia. Embora não existam actualmente ligações viáveis entre Moçambique e o Malawi ou a Zâmbia em termos de cadeia de valor, poderiam ser obtidos melhores retornos para as mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala através da adição de valor e do aumento da diversidade dos produtos comercializados, particularmente do lado moçambicano. Para que isso aconteça, as mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala precisariam obter uma boa compreensão das cadeias de valor existentes no sector agrícola, incluindo as suas concatenações com outros sectores dentro da economia.

2.7.À participação das mulheres no comércio transfronteiriço e cadeias de valor em Moçambique

Como salientado neste estudo, a crescente centralidade das cadeias de valor no comércio internacional deslocou a base do comércio internacional da vantagem comparativa estática que pressupõe implicitamente a imobilidade dos factores de produção (Cypher e Dietz, 1998) para a importância do comércio de intermediários, onde partes e componentes de um nível da cadeia de produção passam para o nível seguinte, como o produto final é uma função das várias fases de produção em diferentes países e regiões.

Isto significa essencialmente que a viabilidade da participação nas cadeias de valor é igualmente uma função do custo, da qualidade e da entrega, que em grande medida são vistas como influenciadas pelo progresso tecnológico e pela inovação, para além de outros factores competitiva chave.

A este respeito, a maioria das MPME pertencentes a mulheres, incluindo as envolvidas no comércio transfronteiriço, ou são completamente excluídas dos cadeias de valor chave, tanto a nível nacional como regional, ou participam de uma forma que não é particularmente benéfica, uma vez que são geralmente activas nos níveis mais baixos das cadeias de valor. Isto deve-se principalmente ao facto de as MPME femininas não terem capacidade técnica nem financeira para competir eficazmente e serem integradas de forma viável nas cadeias de valor. Além disso, a informalidade generalizada no comércio transfronteiriço de pequena escala em África, particularmente para as mulheres, acrescenta mais complexidade ao objectivo da participação na cadeia de valor.

Estes desafios são agravados por barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala, incluindo instalações fronteiriças deficientes, burocracias pesadas e processos de desembaraço aduaneiro morosos, informação limitada do mercado, falta de conhecimento e compreensão dos procedimentos aduaneiros e dos protocolos comerciais regionais, corrupção e, em alguns casos, normas discriminatórias de género (Cnuced, 2019).

Esta secção analisa mais detalhadamente as questões de informalidade e acesso ao financiamento, enquanto a secção final examina os desafios específicos enfrentados pelas mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala no seu comércio transfronteiriço.

A cadeia de valor no comércio internacional deslocou a base do comércio internacional da vantagem comparativa estática que pressupõe implicitamente a imobilidade dos factores de produção (Cypher e Dietz, 1998,p.88) para a importância do comércio de intermediários, onde partes e componentes de um nível da cadeia de produção passam para o nível seguinte, como o produto final é uma função das várias fases de produção em diferentes países e regiões.

Isto significa essencialmente que a viabilidade da participação nas cadeias de valor é igualmente uma função do custo, da qualidade e da entrega, que em grande medida são vistas como influenciadas pelo progresso tecnológico e pela inovação, para além de outros factores competitiva chave.

Estes desafios são agravados por barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala, incluindo instalações fronteiriças deficientes, burocracias pesadas e processos de desembaraço aduaneiro morosos, informação limitada do mercado, falta de conhecimento e compreensão dos procedimentos aduaneiros e dos protocolos comerciais regionais, corrupção e, em alguns casos, normas discriminatórias de género (Cnuced, 2019). Esta secção analisa mais detalhadamente as questões de informalidade e acesso ao financiamento, enquanto a secção final examina os desafios específicos enfrentados pelas mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala no seu comércio transfronteiriço.

2.7.1. Informalidade

A informalidade continua a ser uma característica chave de uma proporção esmagadora do comércio transfronteiriço de pequena escala em África em particular Moçambique, representando até 72 % por cento do comércio total entre países da SADC (CEA, 2021). Embora o comércio transfronteiriço informal de pequena escala em África atravesse o género e a idade, estima-se que as mulheres constituem a maior proporção dos comerciantes transfronteiriços que operam informalmente na África Oriental e Austral (Zarrilli & Linoci, 2020).

Apesar dos benefícios que o comércio informal transfronteiriço de pequena escala pode proporcionar, desde a sustentação da subsistência dos comerciantes e comunidades fronteiriças até à segurança alimentar e ao crescimento económico inclusivo a nível nacional, a informalidade surge com vários desafios e obstáculos que afectam as operações, a rentabilidade, o crescimento e a sustentabilidade destas empresas.

Em primeiro lugar, a maioria destes desafios e obstáculos são uma consequência da própria natureza das empresas informais, que são em grande parte para a subsistência e, portanto, carecem de um plano de crescimento e sustentabilidade. A maioria das empresas informais sofre de baixa produtividade e rendimentos, sugerindo que também têm uma capacidade limitada de poupança e investimento (Gondwe e Mpagalire, 2021). Por exemplo, apenas cerca de 19 por cento dos comerciantes informais transfronteiriços em Maputo reinvestem os seus lucros nos seus negócios (Raimundo e Chikanda, 2016).

Em segundo lugar, para se manterem à tona, muitos comerciantes transfronteiriços de pequena escala que operam informalmente utilizam rotas comerciais informais para evitar impostos, taxas e outros requisitos comerciais que são aplicáveis no sector formal. Provas anedóticas mostram que as rotas comerciais informais expõem estes comerciantes a multas, corrupção, roubo e confisco das suas mercadorias, o que indica um aumento global dos custos e riscos em comparação com as rotas comerciais formais. Para as mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala que utilizam rotas comerciais informais, estes problemas são ainda agravados pela sua crescente vulnerabilidade ao assédio e abuso verbal e físico (Cnuced, 2021).

Embora os comerciantes transfronteiriços de pequena escala que passam por postos fronteiriços formais também enfrentem dificuldades - particularmente o seu desconhecimento e a imprevisibilidade dos requisitos processuais e impostos a que devem aderir quando atravessam a fronteira - tais desafios são ultrapassáveis se forem implementadas medidas correspondentes, como será demonstrado na secção conclusiva deste estudo.

Finalmente, a informalidade em África está altamente associada a um baixo nível de instrução (Raimundo e Chikanda 2016), bem como a competências empresariais limitadas. Estas limitações restringem significativamente a capacidade dos comerciantes transfronteiriços de se adaptarem e utilizarem tecnologias em rápido avanço, bem como a sua capacidade de aumentar ou diversificar os seus negócios. Isto tem um impacto directo na produtividade e no crescimento destas empresas. Por exemplo, o inquérito do TradeMark East África destaca que a maioria das mulheres comerciantes em Maputo, a maior parte das quais comercializam informalmente, tem menos do que uma formação escolar de nível secundário (TMEA, 2022).

Notavelmente, a maioria destes comerciantes não alterou a sua gama de produtos ao longo do tempo e não são vistos a acrescentar valor aos produtos produzidos localmente que vendem quer dentro de

Moçambique quer através da fronteira na África do Sul. Da mesma forma, os produtos que compram na África do Sul são vendidos no mercado moçambicano (principalmente em Maputo) sem qualquer valor acrescentado.

Apesar da utilização acrescida do comércio electrónico na sequência da pandemia da COVID-19, a maioria dos comerciantes informais em Moçambique, como na maioria dos países menos avançados em África, ainda não aproveitaram as oportunidades de comércio electrónico. Para a maioria dos comerciantes informais de pequena escala transfronteiriços, isto deve-se em grande parte aos baixos níveis de alfabetização, à falta de competências digitais, e ainda a uma compreensão limitada dos benefícios potenciais da mudança para o comércio em linha. Os desafios e obstáculos que caracterizam as características e operações de pequenos comerciantes transfronteiriços informais complicam ainda mais as perspectivas de os integrar nas cadeias de valor.

2.7.2. Acesso ao financiamento

Um passo essencial a considerar é a adopção de políticas e programas que proporcionem, inclusive aos pequenos comerciantes transfronteiriços (incluindo os que operam no sector informal), produtos e serviços financeiros e não financeiros adaptados às suas necessidades financeiras específicas. A este respeito, a redução dos riscos associados ao financiamento das pequenas empresas provou ser fundamental para melhorar o acesso de tais empresas.

Vários governos em África estabeleceram programas de garantia de empréstimos para pequenas empresas, a fim de resolver uma deficiência do mercado detectada no financiamento de PME's, visando propostas comerciais viáveis que carecem de um histórico estabelecido ou de garantias (Cnuced, 2022).

2.8. Estudos similares ao tema da Pesquisa

Nesta secção do trabalho faz-se uma breve descrição de estudos similares ao tema da pesquisa feitos no mundo, em África em particular em Moçambique, com vista a formar uma revisão da literatura para o aprofundamento do problema em análise. Para o efeito fez-se necessário a descrição sistemática de vários trabalhos. Do ponto de vista teórico e no que se refere aos conceitos como: Comercio, Transformares Sócio - Económicas e Desenvolvimento económico local vários são os valores opinativos dos autores que embora divergindo em conformidade com o tempo e a influência da escola de formação.

2.8.1. Revisão da Literatura Empírica

Alguns estudos referentes ao comércio informal transfronteiriço no contexto urbano nos países da África subsaariana, como os de (Charmes, 2000) e Medeiros (2006), afirmam em suas abordagens que o sector informal tem vindo a crescer na África Sub - Sahariana, empregando uma percentagem elevada da População Economicamente Activa. Em relação a população economicamente activa em seus estudos eles dão mais ênfase para as mulheres e jovens de diferentes classes e grupos sociais. Evidências destes estudos sugerem que o sector informal é maior na África Sub - Sahariana do que em outras partes do mundo em desenvolvimento, visto que a maior parte da mão-de-obra economicamente activa esta assente neste sector.

Amaral (2005), fez um estudo similar onde constatou que nas cidades dos países em desenvolvimento, como manifestam dificuldades do Estado e do sector dito formal tende a dar respostas às necessidades básicas da população, o sector informal supre essas faltas, quer nas áreas da produção, da distribuição, da construção, dos serviços sociais e, sobretudo, do emprego gerador de oportunidades salariais de uma grande parte da população.

Também demonstra-se neste estudo de que existe uma relação entre o envolvimento da força de trabalho no comércio informal e a escassez de emprego formal. A força de trabalho adstrito ao comércio informal apresenta um baixo nível de educação e falta de experiência profissional, características que a colocam em desvantagem para concorrer no mercado formal. Por outro lado, os postos de trabalho oferecidos pelos empregadores estão longe de satisfazer a força de trabalho disponível para trabalhar.

Sethuraman (1997), fazendo uma análise sistémica sobre a dinâmica e transformações sócio - económica, os resultados da sua pesquisa demonstraram que “ O informal é um aspecto universal da economia de todos os tempos”. Os resultados trazidos pelo autor realçam ainda que nas cidades dos países em desenvolvimento, ele possui maior relevo e perenidade.

Paralelamente ao estudo de Amaral (2005) intitulado ” A importância do Sector Informal da Economia Urbana em Países da África Subsariana” enfatizou que “o sector informal está presente até em cidades dos países mais desenvolvidos, como por exemplo, Nova Iorque, Londres, Paris, Berlim e Roma”.

O argumento para o crescimento deste sector que se tem registado desde a década 90 centra-se em grande parte, na fraca capacidade do sector formal em gerar empregos e rendimentos em muitos países, em face das altas taxas de crescimento da força de trabalho e migração. Um estudo desenvolvido por Lopes & Carlos (1999) intitulado “ O Sector Informal e o Desenvolvimento: Estudo de caso em Luanda “, concluiu que a fraca capacidade do sector formal de gerar emprego e rendimentos em muitos países faz com que o sector informal ganhe um papel importante e acabe por ser um meio amortecedor de tensões económico-sociais.

Ainda na mesma senda, outros estudos desenvolvidos por Ajzen & Fishbein (2010), Westaby (2005), Ajzen (2001 e 1991, Steggell (2001), procuram analisar o comportamento dos mukheristas no comercio informal transfronteiriços. Estes teorizadores adoptaram como variáveis proxy as seguintes: a religião, a honestidade, a percepção de que a criminalidade não compensa, o receio de represálias sociais, a consciência individual, a pressão social envolvente, a ociosidade e por último as actividades ilícitas.

Duas premissas importantes são ainda utilizadas como suporte à leitura do mukhero, enquanto fenómeno social. A primeira admite que a economia informal reduz a pobreza numa extensão limitada e a segunda, argumenta que os operadores informais são incapazes de fazer-se ouvir e são marginalizados pelos fazedores de política. No contexto moçambicano, procura-se aferir a validade destas acepções no quadro do mukhero em Xai-Xai e verificar o efeito das percepções dos seus praticantes antes da atitude do governo face ao processo crescente de informalização da economia.

Contrariamente à noção de estudiosos tais como Lyons & Snoxell (2005) segundo os quais outros membros da família entram para o sector informal como operadores através dos que já lá existem, no mukhero não se observa esta prática. É quase inexistente uma situação de um empregado de mukherista que possua laços de parentesco próximos do seu patrão. A maioria dos agentes é proveniente de outras actividades informais, tendo evoluído gradativamente. Isto é consistente com as análises de Chen (2007), Maloney (2004) e Heintz & Pollin (2003). Sob o ponto de vista de experiência de emprego anterior, o sector informal “não absorve simplesmente ou mesmo primariamente os desempregados do sector formal” (Maloney 2004,p.163).

Embora existam entendimentos entre os vários estudiosos sobre a temática, diferenças de rendimento que devam ser acauteladas, o mukhero parece enquadrar-se na lógica do que foi dito no parágrafo anterior, pois se tiver em conta as habilitações literárias destes operadores, muitos ao nível mais

elementar, pode-se constatar que no sector formal teriam muito menos rendimento do que conseguem, desenvolvendo esta actividade.

Os resultados do estudo em alusão demonstram que, o sector informal assegura a manutenção dos níveis mínimos de coesão da sociedade através da criação de empregos directo em situação de crise económica - social e da geração de oportunidades de obtenção de rendimentos para os grupos mais desfavorecidos.

2.8.2. Revisão da literatura focalizada

O objectivo deste levantamento bibliográfico visava analisar estudos desenvolvido em Moçambique para compreender o contexto da emergência do comércio informal transfronteiriço, bem como as relações económicas entre Moçambique e África do Sul no período pós - independência até a actualidade.

Estudo desenvolvido por Francisco (2010) e Mosca (2019) que abordam sobre o sector informal em Moçambique, atestam para uma abordagem mais promenizada. Na abordagem destes autores, anuncia-se constantemente a ideia de que ao desenvolver o comercio trafrontercico, independentemente do tipo, e fundamental é impotente que se crie unidades ocupacionais geradoras de rendas, pelo que:

“O comércio informal emprega a maioria da população moçambicana, que não encontra emprego no sector formal e são praticantes da actividade informal (Maposse, 2011;p.44).

Maposse (2011), procurou estudar as relações de género e a sua participação na economia, sociedade e política, onde constatou-se que a mesma testemunha duas abordagens no estudo da economia informal. A primeira é de carácter puramente económica e ligada às teorias do mercado de trabalho e a segunda é de natureza socioeconómica e histórica e prende-se com os determinantes institucionais e políticos que configuram este fenómeno.

Para Chivangue, (2012,p.8). “A participação da mulher no comércio informal transfronteiriço”, a qual faço um levantamento bibliográfico, enquadra-se na segunda abordagem.

Os pesquisadores económicos Abreu & Abreu (1996) analisam nos seus estudos o peso económico-financeiro do sector informal na economia moçambicana e alertam para uma melhor organização do sector com intuito de facilitar a captação das receitas financeiras para o Estado enquanto Chichava (1998) advoga que a emergência da economia e do comércio informal, pequenos importadores

“mukheristas”) e retalhistas, em Moçambique, teve lugar a partir da década de 1980. Defende ainda que em 1983, houve as primeiras medidas de liberalização dos preços dos produtos hortícolas, vegetais e outros, que determinaram a emergência do sector informal em Moçambique.

Para este autor, o impacto ao desenvolvimento de actividades informais na economia deu-se em 1987 com a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) que era um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) patrocinado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional

Maposse (2011) fez um estudo intitulado “ O papel do Comércio Informal na Ocupação da Força de Trabalho em Moçambique”. Cujo objectivo geral era de analisar as principais características da força de trabalho envolvido no comércio informal em Moçambique. Igualmente, o estudo pretendia determinar o peso que esta força de trabalho representa no sustento do seu agregado familiar.

As questões de partida que nortearam este estudo foram: Que características possuem os indivíduos ou a força de trabalho que desenvolve o comércio informal em Moçambique? De que forma a força de trabalho envolvido no comércio informal contribui para o sustento e melhoria de condições de vida do seu agregado familiar?

Os resultados revelaram que no comércio informal estão envolvidos maioritariamente jovens de nível primário que praticam a actividade por conta própria. De forma geral as mulheres dominam o comércio informal e praticam-no como actividade única para a sua sobrevivência.

Fazendo um alinhamento com estudos desenvolvidos por INE (2004) sobre “ A empregabilidade e distribuição da Mão - de - Obra por Sector de Actividade em Moçambique “. Os resultados destes estudos demonstraram que em Moçambique há uma grande percentagem da População Economicamente Activa (PEA) que esta a desenvolver actividades no sector informal. De acordo com estes resultados constatou-se que os indivíduos envolvidos no sector informal em Moçambique correspondem a 75,2% do total da População Economicamente Activa, sendo na sua maioria mulheres (INE, 2004).

Em relação ao conceito estabelecido pelo INE sobre População Economicamente Activa (PEA) ou Força de Trabalho, percebe-se que este grupo vai desde os 15 e mais anos de idade (que trabalhou ou tinha emprego no período de referência) e também aquela que no período de referência esteve desocupada, mas estava disponível para realizar qualquer actividade económica (INE, 2006). Por seu

turno, a População Economicamente Inactiva (PNEA) é constituída pelas pessoas que durante a semana de referência encontravam-se na situação de domésticos, estudantes, reformados/aposentados, incapacitados e outros.

O Censo 2007 revelou que 53,1% do total da população estava em idade activa, constituída maioritariamente por trabalhadores por conta própria. Igualmente, o Censo 1997 estimava a PEA em 38,4%, constituída maioritariamente também por trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados. Estas evidências mostram que em Moçambique há uma tendência de crescimento da população em idade activa, pois, em dez anos cresceu em 14,7%.

Os outros inquéritos realizados pelo INE nos anos de 2010, 2015 e 2017, também encontraram as mesmas evidências sobre a constituição maioritária da PEA por trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados. Por exemplo, os resultados do questionário de Indicadores de Bem-Estar (QUIBB 2002) e do Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/5) revelaram que os trabalhadores assalariados envolvidos na economia formal eram 13,0 % da força de trabalho. Por outro lado, 87,0 % correspondia a trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados.

Francisco, A & Da Silva et.all. (2006), fizeram um estudo sobre “ Impacto da Economia Informal na Protecção Social, pobreza e exclusão: A dimensão oculta da informalidade em Moçambique. Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão. Maputo.

Os resultados destes estudos apontaram que o sector informal tem vindo a ganhar espaço no sul de Moçambique, facto que esteja a contribuir para a reeducação das assimetria regionais o que impacta positivamente sobre a economia nacional e o pré-capita. Concluiu-se ainda neste estudo que os municípios Moçambicanos sobrevivem de arrecadação de receitas próprias que advêm da prática do comércio informal, o que contribui positivamente para a emergência deste sector.

De Vletter (1996) fez um estudo sobre os trabalhadores do sector informal em Maputo e Beira, teve como indicador de análise a variável os grupos etários praticantes do comércio informal.

Numa outra dimensão, PNUD (2001,p.83) cita um estudo feito por Ardeni (2001) sobre o sector informal em Moçambique. Embora não esteja claro em relação ao conceito do sector informal e a metodologia utilizada por este autor permitiu, concluir que 84,6 % dos trabalhadores em Moçambique aparentavam estar empregues no sector informal: 92,6 % dos trabalhadores rurais e

65,0 % de todos os trabalhadores nas zonas urbanas. Observou também, que entre as mulheres, que cerca de 95,0% destas trabalham nas zonas rurais e 77,0% das que estão nas cidades trabalham no sector informal.

Outro sim Paulo, Margarida; Rosário, Carmeliza; INGE, Tvedten. Fizeram um trabalho intitulado “Xiculungo”: Relações Sociais da Pobreza Urbana em Maputo, Moçambique. Que visava analisar as transformações económicas como resultado do comércio informal na vida social dos praticantes. Por meio da análise do trabalho destes autores percebe-se que na maioria das vezes o comércio informal constitui um dos indicadores que ilustra a desigualdades sociais entre os diferentes grupos e classes sociais.

Dentre os diversos estudos que abordam sobre o contexto Moçambicano alinhamo-nos nos trabalhos de Andes Chivangue na sua obra intitulada “Mukhero em Maputo: Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal”. cujo objectivo geral visava analisar a contribuição do mukhero no desenvolvimento do comércio informal. Do estudo concluiu-se que a prática do Mukhero como uma actividade económica constitui uma alternativa para redução das desigualdades sociais por meio desta actividade e possível reduzir a pobreza e permitir criação de riqueza, esta actividade encontra-se bloqueada no que concerne à sua expansão devido aos determinantes políticos e institucionais acima referidos mas, sobretudo, pela precariedade dos mecanismos de financiamento disponíveis (recurso ao xitique e empréstimo de amigos e familiares), o que não permite sua contribuição no alargamento e diversificação da base produtiva da economia nacional.

Das conclusões da pesquisa do autor concluiu-se que em geral o comércio informal é dominado por mulheres. Mas há diferença entre as três regiões do país. Na Região Sul o comércio informal é dominado por mulheres, enquanto nas Regiões Centro e Norte é dominado por homens. Estas diferenças podem estar relacionadas ao tipo de produtos comercializados que difere entre as três regiões. Por outro lado, na Região Sul, a maior parte dos agregados familiares que desenvolvem actividades no comércio informal são chefiados por mulheres, devido a migração dos homens para a África do Sul e a Guerra Civil que aumentou o número de viúvas, divorciadas e solteiras.

Maposse (2011), em sua tese de Doutoramento abordou sobre “ papel do comércio informal no sustento e no melhoramento das condições de vida dos indivíduos” faz uma retrospectiva no sentido de entender as condições de vida de uma população, o trabalho (emprego) tem uma importância

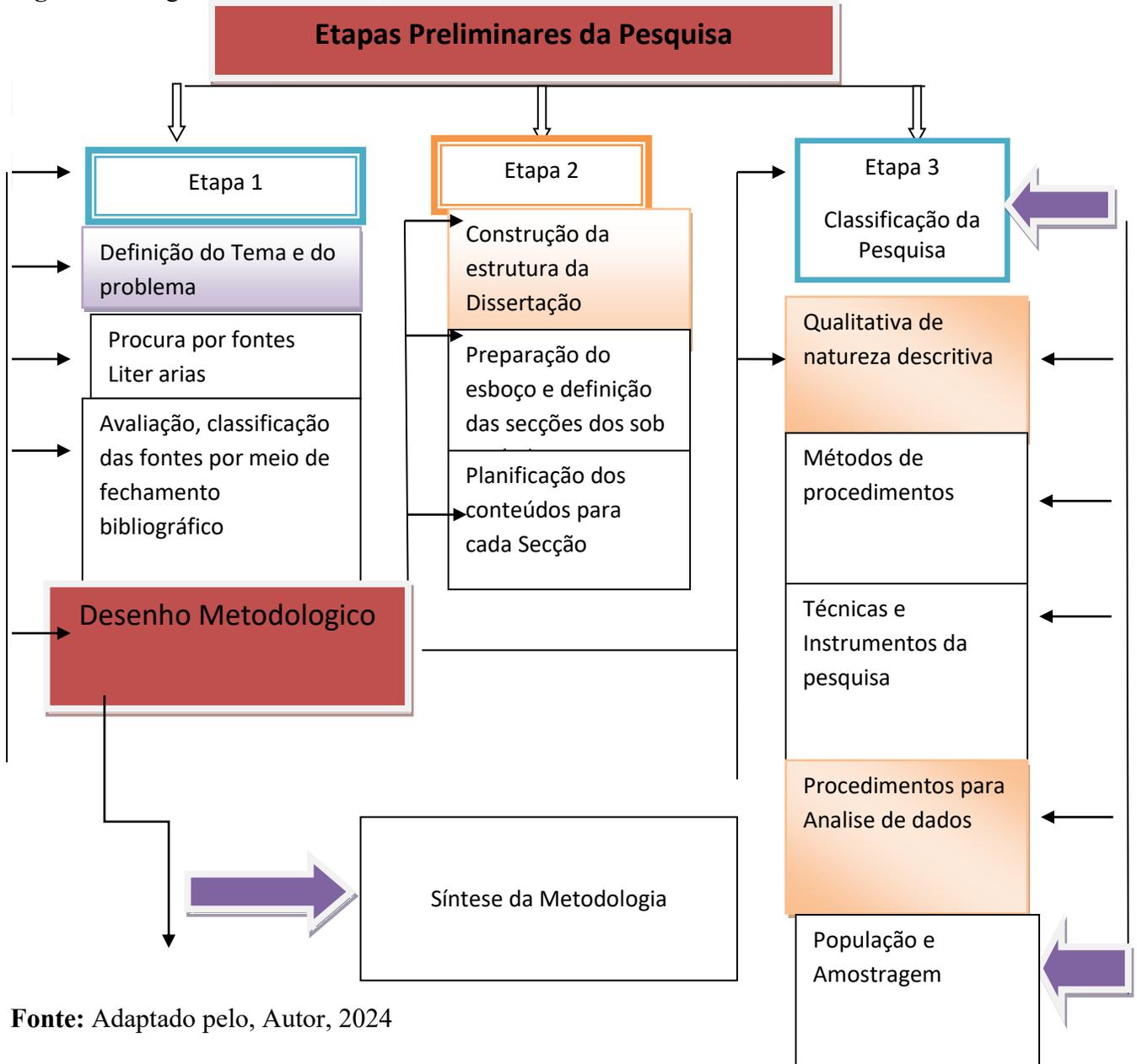
fundamental, seja no sentido social, seja no económico. Individualmente, é uma das principais formas de realização social.

O autor vai mais longe ao afirmar que “o comércio informal ao criar emprego ou ocupação está a contribuir directamente para a geração de rendimento e riqueza que permite a força de trabalho envolvida nesta actividade sustentar o seu agregado familiar e melhorar as condições de vida dos mesmos” (idem).

Apesar dos estudos acima referidos fornecerem informação relevante sobre o sector informal em Moçambique, estes abordaram matérias sobre o sector informal de forma geral e nenhum deles debruçou-se especifica e exclusivamente sobre a análise do comércio informal transfronteiriço entre Moçambique e África do sul e a força de trabalho a nível nacional. Por isso, é importante efectuar um estudo focado somente no comércio informal transfronteiriço. Diferentemente dos trabalhos já efectuados, este centra-se na análise do comércio informal na perspectiva da força de trabalho envolvida, olhando particularmente para as suas características e seus impactos nas dinâmicas e transformações sociais e económicas no sul de Moçambique em Particular a Cidade de Xai-Xai.

CAPITULO III: METODOLOGIA DO TRABALHO

Figura: Fluxograma da Metodologia



Fonte: Adaptado pelo, Autor, 2024

3.1. Classificação da Pesquisa

3.1.1. Quanto ao enfoque

De acordo com a natureza do seu objecto de estudo e o seu enquadramento nas linhas de pesquisa em ciências sócias privilegiou-se a pesquisa “ qualitativa ”.

Sabe-se que a abordagem qualitativa é importante para a generalização dos resultados, pois, para muitas aplicações é recomendável que se usa uma abordagem, que proporciona uma maior cobertura do tema de modo a obter-se um resultado mais completo, usando dados quantitativos e qualitativos (Creswell, 1994).

Esta abordagem qualitativa foi efectuada a nível individual para apurar as características socioeconómicas dos membros dos agregados familiares e a relação entre o envolvimento da força de trabalho no comércio informal.

3.1.2. Quanto ao paradigma

Quanto ao paradigma privilegiou-se o método descritivo que segundo Jung (2004,p.152), neste tipo de pesquisa não pode haver interferência do pesquisador que deverá apenas descobrir a frequência com que o fenómeno acontece. A utilização de técnicas padronizadas de colecta de dados como é o caso de questionário e observação padronizada permitiu conduzir a pesquisa ao encontro dos objectivos traçados.

Com base no paradigma descritivo uma descrição da prática do comércio informal transfronteiriço a nível da cidade de Xai-Xai, por meio desta descrição foi possível aferir a forma como os produtos são adquiridos a nível da fronteira de Ressano Garcia, processo de transição nas alfândegas, e processo da comercialização a nível da área de estudo.

3.2. Método de Abordagem do Problema

Quanto a forma de abordagem do problema da pesquisa privilegiar-se-á uma abordagem dedutiva.

Para Gil, (2007) citado por Prodanov, (2013,p176), defende que a dedução ocorre “quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenómeno, daí surge o problema. Para tentar explicar as dificuldades expressas no problema, são deduzidas premissas gerais para aferir o problema no âmbito particular. Este método, procura evidências empíricas para derrubá-la”.

Ao ter-se constatado um problema sobre o comércio informal transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul, que a partir de estudos feitos em outros lugares sobre o tema, far -se uma dedução

usando-se questões de investigação que fornecerão resposta no âmbito particular concernente as dinâmicas e transformações sócio económicas assoadas ao comercio transfronteiriço no contexto de desenvolvimento local na cidade de xai-xai.

3.3.Métodos de procedimentos para recolha de dados

Com vista a facilitar a operacionalização dos objectivos foram agrupados alguns métodos de Procedimentos. Que segundo Gil, (2008) os métodos de procedimentos têm por objectivo proporcionar ao investigador os meios técnicos, para garantir a objectividade e a precisão no estudo dos fatos sociais.

3.3.1.Estudo de caso

Freita e Prodanov, (2013) define estudo de caso como sendo “uma estratégia de pesquisa científica que analisa um fenómeno actual em seu contexto real e as variáveis que o influenciam. Trata-se de um estudo intensivo e sistemático sobre uma instituição, comunidade ou indivíduo que permite examinar fenómenos complexos”.

A preferência por este tipo de estudo é derivada pelo facto de constituir uma pesquisa de evento contemporâneo circunscrito num determinado espaço geográfico neste caso a prática do *Mukero* nas dinâmicas e transformações sócio económicas a nível da Cidade de Xai-Xai.

3.3.2. Pesquisa bibliográfica

Quanto aos procedimentos técnicos privilegiou-se o método bibliográfico com vista a dar suporte a parte teórica de trabalho o objectivo é de melhor percepção do tema em estudo. Na perspectiva de Lakato & Markoni (2012.p.65) pesquisa bibliográfica é aquela que é feita mediante um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados actuais e relevantes relacionados ao tema.

O desenvolvimento da presente dissertação encontra suporte nas obras consultadas bem como noutras fontes: fontes primárias, secundarias constituídas por documentos diversos, que contêm informações que abrangem a região sul de Moçambique, a Província de Gaza em particular a Cidade de Xai-Xai realizados por autores, sobre o comércio informal: Mayisela (2015) Feijó, (2016), Chivangue (2012) Faré (2004), Mosca (1995), Jairoce (2016)·Sobre o trabalho migratório: First (1983) Covane (1989; 2001), Dodson e De Vleter (2008), Harries (1994), Newitt (1995), Abrahamsson e Nilson (1994), Mungoi (2010), Maposse (2011) Gaspar (2006) e Victor Simões Henriques (2023).

3.3.3. Observação directa

A técnica de observação directa foi empregada nesta pesquisa pois permitiu viver o caso de perto, analisando as condições na qual são desenvolvidas as actividades do comércio informal em diferentes pontos do município da Cidade de Xai-Xai e com base nesta perceber a influência desta na melhoria das condições de vida dos seus praticantes e dependentes.

3.3.4. Método Histórico

O método histórico compreende um conjunto de procedimentos que os historiadores utilizam para gerenciar fenómenos passados. Além do mais, é um conjunto de técnicas para gerenciar fontes primárias, como, por exemplo, fontes arqueológicas e arquivísticas (Lakatos e Marconi, 2009,p.88). Em outras palavras, é um método de procedimento que estuda os dados da pesquisa sob uma perspectiva histórica. De forma geral, é quando se faz uma comparação do que existia antes com o que existe nos dias actuais.

O método histórico permitiu descrever a evolução da prática do *mukero* como um fenómeno social e económico a nível da região Sul de Moçambique, bem como a história de vida dos seus praticantes.

3.4. Técnicas e instrumentos para recolha de dados

3.4.1. Entrevista

Será aplicada a técnica de entrevista que segundo Prodanov & Freitas (2013,p.65) é um processo de obtenção de informações entre um entrevistador e um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Pode-se ser: estruturada, não padronizada ou não estruturada: não existe rigidez de roteiro; o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, tem mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direcção.

Dentre os diversos tipos de entrevista, a modalidade utilizada nesta pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, que consistiu numa conversa informal, alimentada por perguntas abertas, proporcionando maior liberdade ao entrevistado.

3.4.2. Questionário

Na óptica de Lakatos & Marconi (2003:201) é “um instrumento de colecta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário contém perguntas abertas e algumas fechadas repartidas em secções, cada uma destas possuía perguntas que visavam alcançar um determinado objectivo no âmbito da pesquisa. De salientar que os dados obtidos por meio de entrevista e inquérito por questionário serão analisado numa perspectiva de conjunto.

3.5. Procedimentos para análise dos dados

3.5.1. Método estatístico

O método estatístico, na perspectiva de Lakatos & Marconi (2009,p.106), significa redução de fenómenos sociológicos, políticos, económicos, etc. Em termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenómenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza. Este método permitiu fazer a representação de dados e resultados da pesquisa com base em tabelas e gráficos de modo a tratar com especificidade e objectividade a informação obtida por meio dos questionários.

3.5.2. Análise de conteúdo

Para o tratamento dos dados foi privilegiado análise de conteúdo ou de discurso. Em pesquisa social como esta este método é grande importância, pois permitirá fazer a censura dos aspectos discutidos ao longo da compilação dos resultados empíricos. Na óptica do Gil, (2007) a análise de conteúdo visa obter procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de recepção destas mensagens.

3.6. População e Amostra

A descrição do universo foi tomado como base os relatórios obtidos no CMCXX (2017) em consonância com o Plano Quinquenal do Governo Provincial de Gaza, onde constatou-se que o Conselho Autárquico da Cidade de Xai-Xai tem cerca de 6.607, mil vendedores informais cadastrados dentre os quais 59% são mulheres e 41% correspondem a homens com idades compreendidas entre os 17 e os 65 anos e mais. (CMCXX, 2024).

Para este estudo será privilegiada uma amostra estratificada que segundo Lakatos & Marconi, (2009) é aquela que se caracteriza pela selecção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada. O fundamento para delimitar os subgrupos ou estratos pode ser encontrado em propriedades como sexo, idade ou classe social.

A amostra para este estudo será direccionada a 105 participante de diferentes categorias dos quais: 2 Técnico da Delegação Provincial da Autoridade Tributaria, 3 Técnicos ligado a área de Mercados e Feira do CMCXX, e 100 (mukerista). - Gaza

Participantes	Numero	Técnica de pesquisa
Delegação Provincial da Autoridade Tributária	02	Entrevista – semi estruturada
Representantes do Mercados e Feira do CMCXX	03	Entrevista Semi-estruturada
Associação dos (mukerista). - Gaza	100	Inquerito por questionario
Total	105	

Fonte: Autor, 2024

3.7. Dificuldades encontradas

Durante a realização da presente dissertação prevê-se enfrentar algumas dificuldades de natureza técnica e financeiras devido a natureza e especificidade deste tipo de trabalho. Contudo, todas elas contribuirão para o sucesso do mesmo. Dentre as dificuldades enfrentadas esta a questão de acesso a informação junto aos a Delegação Provincial da Autoridade Tributaria bem como na aceitação dos participantes ao responderem os questionários. Importa ainda realçar que uma das possíveis dificuldades será o facto do autor deste trabalho não ter muito tempo para a sua elaboração bem como a dificuldades de acesso a literaturas que abordam sobre estudos similares no contexto da área de estudo Cidade de Xai-Xai.

3.8. Considerações éticas

Em volta de questões éticas, existem fortes debates em ciências sociais, particularmente, quando se conduz uma pesquisa que envolve pessoas. Embora haja pouca concordância sobre a aplicação dos aspectos éticos na investigação, realça-se a relevância de proteger os informantes de aspectos técnicos, que possam interferir na sua vida normal. Assim os participantes da pesquisa foram codificados com o intuito de não expor os nomes. Neste caso os técnicos da Delegação Provincial da Autoridade Tributaria são representados pelas letras (TC1, TC2 e TC3), os praticantes da actividade *Mukerista* através das letras (E1, E2, E3, E4....), respectivamente.

CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

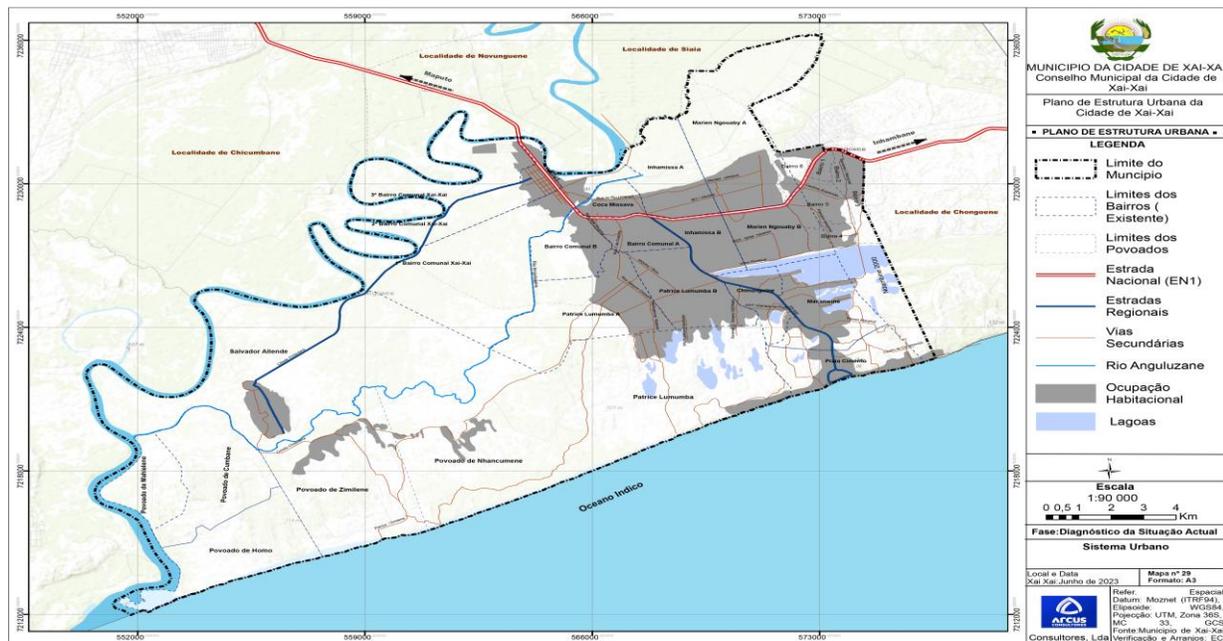
4.1. Breve caracterização da área de estudo

Neste capítulo inicia-se por descrever a área de estudo onde de forma minuciosa apresenta-se as bases físicas geográficas e os aspectos sócio económico da área em estudo.

4.1.1. Localização Geográfica

O Município da Cidade de Xai-Xai localiza-se a sudeste da província de Gaza, na planície do baixo Limpopo, a 210km da cidade Maputo capital de Moçambique. Tem cerca de 131Km² de superfície, o correspondente a 0,2% da superfície total da província de Gaza com 73,584Km² (MUCHANGOS, 1999,p.23). O município é limitado a norte pelos rios Limpopo e Ponela (afluente do Limpopo), a sul pelo posto administrativo de Chilaulene e Oceano Indico a leste é limitada pelo posto administrativo de Chongoene e a oeste pelo posto administrativo de Chicumbane. O Distrito de Xai – Xai localiza-se ente as Latitudes: 24' 10' Sul, a 25 00' Norte Altitudes: Mín. 0m. Máx. 96m Longitude: 33' 30' Oeste a 45' 29' Leste. Superfície: 131 Km2 (0.2% da Província) (Ibid, p.19).

Figura 1: Mapa de Localização Geográfica da cidade de Xai-Xai.



Fonte: CMCXX, 2024

4.2.Características Físicos Geográficos do Município de Xai-Xai

O Município faz parte da zona costeira do sul de Moçambique, o clima é tropical húmido (tropical chuvoso de savana) influenciado pela corrente quente do canal de Moçambique, pelos anticiclones do oceano indico e atlântico, pela célula continental de alta pressão durante a época fresca e pela depressão continental de origem térmica durante a época chuvosa ou quente. (Gouve, 2004,p.123).

A área de estudo pela sua posição geográfica encontra-se na zona de influências de sistemas frontais que transportam massas de ar polar marítimo que podem originar chuvas e aguaceiros na época fresca, aguaceiros e trovoadas na época quente. O clima caracteriza-se por uma distribuição pluviométrica irregular ao longo do ano, agravada pelas temperaturas elevadas, tendo como consequências directas, as deficiências hídricas no período seco, o maior pico da precipitação ocorre entre Janeiro e Fevereiro. A temperatura média anual é de 24°C e uma precipitação anual de 953mm. Os ventos predominantes são de sul e de sudeste, enquanto a humidade relativa média anual é de 75%. No verão o aquecimento máximo atinge os 42°C enquanto no inverno a temperatura mínima chega a atingir 8°C (Ibid, p.124).

Os índices pluviométricos anuais vão até 953mm. Doutra lado Muchangos (1999:35), sustenta que devido à sua situação na costa oriental da África, todo o litoral Moçambicano está sujeito à influência da corrente quente de Moçambique Agulhas e dos correspondentes ventos dominantes marítimos do quadrante Leste. O balanceamento anual deste sistema planetário, de centros de pressão e de ventos, ora para Norte ora para Sul, acompanhando o movimento anual aparente do Sol, provoca um ritmo climático típico com duas estações distintas: estação quente e chuvosa e a estação seca e fresca.

O Município de Xai-Xai compreende morfologicamente duas zonas distintas, designadamente: a Zona Baixa onde se encontra actualmente o maior centro urbano da cidade. A baixa é do Vale do Rio Limpopo e coloca a cidade numa curva à sua jusante tornando-a bastante susceptível às suas cheias. Esta zona compreende cerca de 60% da superfície total de todo o Município e é grandemente (cerca de 90%) usada para fins agrícolas. Geomorfologicamente, é praticamente plana e predominada por sedimentos do rio compostos por areia e argila pesada que mais uma vez propiciam a cidade a inundações dado a impermeabilidade dos solos (DOS MUCHANGOS 1999 citado por Mahumane 2012,p.19).

A Zona Alta, conhecida como zona do “Tavene”, que actualmente acolhe o maior assentamento humano do Município. Ela é geomorfologicamente bastante acidentada e constituída por formações dunares fossilizadas que se estendem entre o vale do rio Limpopo e o mar. Constitui a melhor zona com aptidão para expansão da cidade, não obstante, é entremeada por zonas impróprias caracterizadas por pendentes acentuadas e por bolsas inundáveis que acabam levando a cidade a piores ocorrências de erosão e a requerer altas tecnologias de drenagem de águas pluviais.

De um modo geral, o relevo do território municipal apresenta altitudes que variam do nível das águas do mar até 96,00m num Ponto Geodésico situado na zona alta de Tavene (Ibid:19).

Os solos da área em estudo apresenta rochas sedimentares do quaternário, com sedimentos siliciosos da cor negra, cinzentas e acastanhada, estende-se por dois grandes tipos fisiológicas, a planície aluvionar do Limpopo e o planalto circundante arenoso de origem eólica onde pode-se verificar solos aluvionares fluviais e lacustres sendo argilosos na baixa e solos arenosos na serra (Mahumane, 2012,p.23)

Os solos da cidade alta são predominantemente arenosos, grosseiros muito profundos de cores alaranjados, acastanhada e esbranquiçada. São ainda moderadamente a mal drenados e salinos e elevada capacidade de retenção de água. Os solos do Bilene (zona baixa) são mal drenados e salinos, com elevada capacidade de retenção de água. (Ibid, p.23).

No que concerne ao ambiente o município em alusão possui duas zonas distintas. Uma considerada zona alta com solos arenosos e outra baixa com solos argilosos. Todas, elas, enfrentam problemas de, índole. Ambiental. Na zona alta, a ocupação espontânea para a construção de habitação e abertura de machambas nas dunas interiores acelera os processos de erosão pluvial e deslizamento de terras. Na zona baixa, onde os solos têm fraca capacidade de absorção de águas devido a sua textura e proximidade do nível freático e onde a altitude está ao nível das águas do Rio Limpopo as inundações são frequentes. (Ibid, p.24).

4.3.Descrição Sócio - Económica e Política da Cidade de Xai-Xai

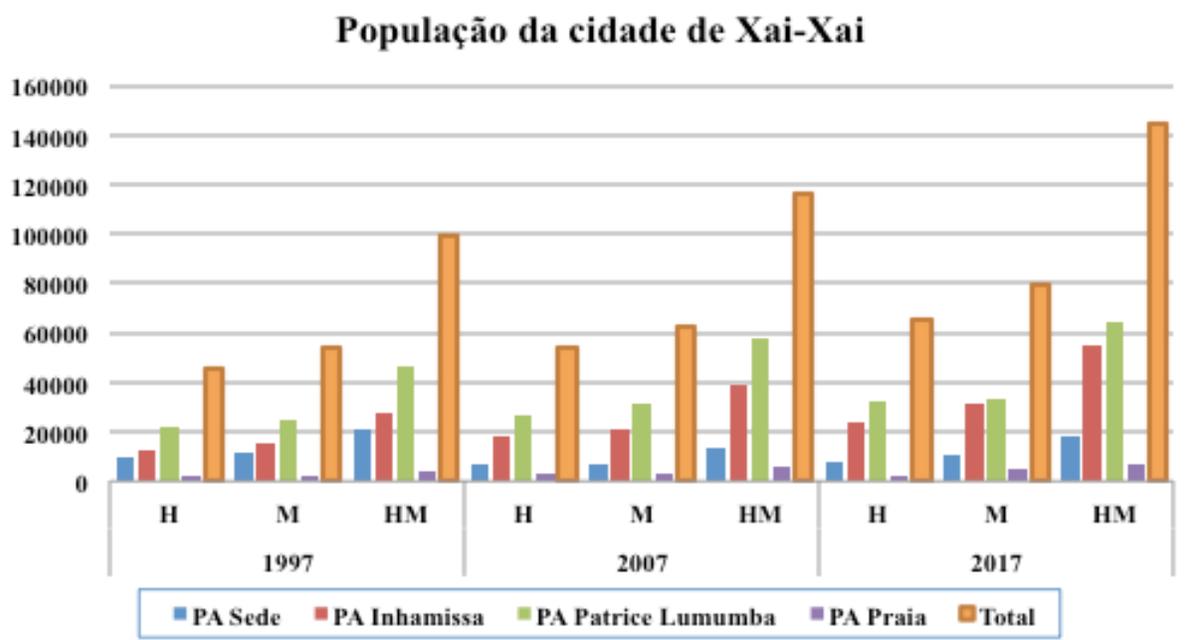
Do ponto de vista administrativo o distrito compreende quatro postos administrativos municipais, a conhecer: O Posto da Praia que compreende o Bairro “E” da cidade, O Posto de Inhamissa onde se inserem os bairros de Inhamissa “A” e “B” e os de Marien N’gouabi “A” e “B”, o Posto Administrativo de Patrice Lumumba que compreende os bairros de Patrice Lumumba “A” e “B” e,

por último o Posto Administrativo Sede ainda em criação que irá compreender os bairros “A”, “B”, “C”, “D” e Coca Missava. (Conselho Municipal de Xai-Xai, 2018).

Assim, o componente social na cidade de Xai-Xai manifesta-se pelo crescimento contínuo da população. Só para dar suporte a esse raciocínio, pode-se observar o retrato evidenciado pelos mapas das classes de uso do solo, onde é possível constatar a rápida sobreposição da área habitada sobre outras classes de uso do solo na cidade de Xai-Xai. Entretanto, a distribuição dessa população é variável de um Posto Administrativo para o outro. Ainda, as migrações internas concorrem para tal, pela saída da população da zona baixa – vulnerável às cheias e inundações – para a alta (PA,s de Inhamissa e Patrice Lumumba).

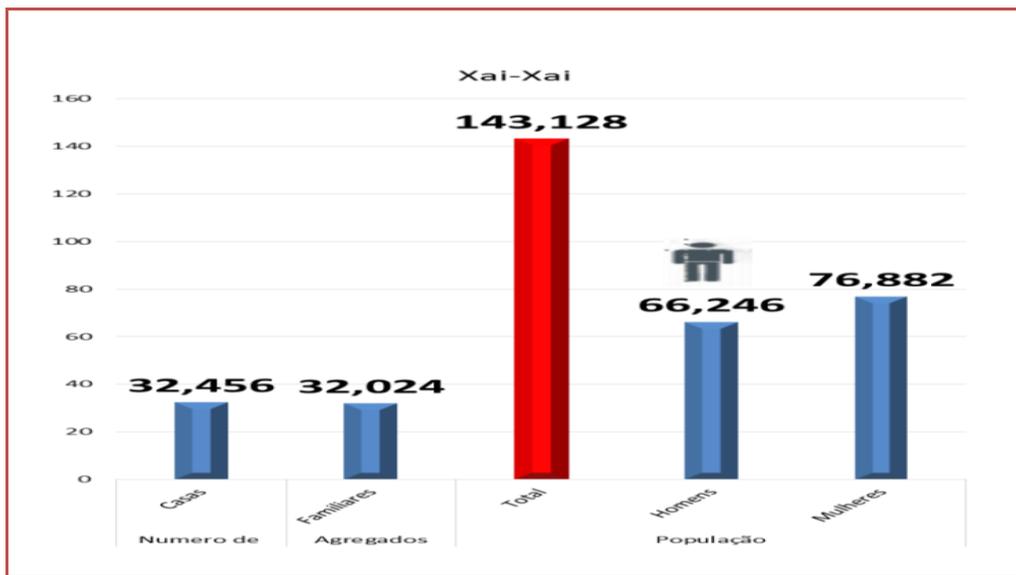
De acordo com INE2, em 1997 a cidade de Xai-Xai apresentava uma população total de 99.443 habitantes (H – Homens e M – Mulheres) e em 2007 um total de 116.343 habitantes, o que consubstancia um aumento em cerca de 14% (+16.901 habitantes).

Já em 2017, os dados recentemente divulgados apontam para uma população de cerca de 144.191 habitantes, representando um crescimento médio de cerca de 8% nesse intervalo de 20 anos (vide o gráfico).



Fonte: Dados obtidos por meio dos relatórios do INE (2017)

Gráfico 1:População da Cidade de Xai-Xai e Agregados Familiares.



Fonte: INE, (dados preliminares do Censo 2017).

Em termos de habitação a cidade de Xai-Xai é constituída por casas de material convencional e outras de material precário ao longo de todos os quarteirões do Bairro. As casas de material precário são construídas na base de: caniço, blocos, estaca e chapas de zinco.

Os meios de transportes semi-colectivos de passageiros usados são os vulgos “Chapa cem Maylove”, autocarro dos particulares e privados, No que diz respeito à comunicação, pode-se afirmar que na cidade de Xai-Xai, existem todas as antenas de telefonia móvel, o que proporciona a comunicação por via do telefone celular. As operadoras usadas pelos utentes do povoado são: TMcel, Vodacom e Movitel dado que os problemas da rede são mínimos nesta zona.

O fraco desenvolvimento industrial bem como o vale do Limpopo que oferece óptimas condições de prática de agricultura levam a que a maior actividade económica no Município seja a agricultura de subsistência familiar abrangendo cerca de 70% de todos os habitantes o que espelha marcadamente algumas características rurais da população da cidade.

Não obstante encontra-se pequena porção da população distribuída na prática de actividades de indústria ligeira tais como Latoaria, mecânica auto, gráfica e artesanato, com a paralisação de algumas indústrias transformadoras que outrora existiram como por exemplo as Fábricas de descasque e processamento da castanha de caju (MOCITA, sarl), de descasque de arroz, de refrigerantes (INAR), e de óleo e sabão (FASOGAL), paralisação essa, provocada pela situação da guerra e das inundações de 2000. Mais ainda encontra-se uma percentagem muito ínfima que se

dedica ao sector terciário sendo a destacar a administração pública, o comércio geral e o turismo (ANAMM, 2009).

Actualmente, de acordo com a observação feita a zona baixa da cidade de Xai-Xai tem sido a zona mais preferida para a construção de infra-estruturas comerciais minimizando-se desta feita a sua vulnerabilidade á inundações. Contudo, verifica-se um crescimento económico assinalável onde a Edilidade continua a conceder espaços para a construção de Infra-estruturas comerciais e mais.

O grupo étnico predominante no município de Xai-Xai é Tsonga. Os principais hábitos e costumes da população incluem; a prática dos ritos tradicionais de invocação dos espíritos dos antepassados; o poder de decisão tendo em conta a linhagem predominante (patrilinear). A religião Sião /Zione, é praticada pela maioria da população, existindo também a Católica, Nazareno, presbiteriana, Apostólica, entre outras (Mahumane, 2012,p.24)

4.4.Apresentação de dados

4.4.1.Formas da prática do “Mukhero” na cidade de Xai-Xai

De acordo com Novela (2005) citado por Manganhela (2006:3) a palavra “mukhero” veio do inglês “carring” que significa carregar, levar, transportar. Por adulteração linguística a população tsonga designou toda actividade de importação de mercadorias dos países vizinhos por “Mukhero”. Manganhela (2006:22) refere que para estudar a origem do “mukhero” é preciso considerar duas fases: a primeira compreende o período de 1987à 1992 e a segunda vai de 1992 à 1997.

Na primeira fase o “mukhero” era praticado principalmente pelos residentes locais em que bastando para tal apresentarem um cartão de residente, podiam atravessar para Suazilândia para fazer compras limitadas. Isto ocorria porque os residentes do Distrito de Namaacha tinham dificuldades de adquirir mercadorias vindas de Maputo, em virtude da situação de Guerra Civil no país. Deste modo, o Governo criou dias especiais para residentes locais (quartas e sábados) transporem a fronteira de Namaacha para Suazilândia mediante a compra de uma simples senha e lá fazerem compras limitadas.

Estas facilidades aliadas à degradação das fronteiras colaboraram para o índice de corrupção fosse elevado por parte das Autoridades Governamentais (Alfândegas, Migração e Guarda de Fronteiras) instalados na fronteira de Namaacha. Aliado a isso, a falta de emprego remunerado naquele distrito

sul do país contribui para a proliferação do mukhero como única alternativa de sobrevivência para a população local (Amaral, 2000,p.19).

Na segunda fase o mukhero teve uma nova dinâmica porque muitas mulheres vinham de Maputo e áreas circunvizinhas da fronteira de Namaacha, passaram a usar os residentes locais para que estes ajudassem a transportar mercadoria de um lado da fronteira para outro, porém fugindo ao fisco. A fuga ao fisco era estimulada pelos elevados direitos aduaneiros que impossibilitava que houvesse lucros suficientes na prática do mukhero, daí as mukheristas optavam pela fuga ao fisco de modo a reduzirem os elevados gastos na sua actividade e pela debilidade do sistema aduaneiro do país desde a vedação de fronteiras, até a má remuneração dos funcionários alfandegários contribuíram para o crescimento desta prática.

O ponto de vista do Sudecar Novela, anteriormente referido, é sustentado por Manganhela (2006,p.17) que considera que “o termo mukhero surgiu na fronteira de Namaacha e teve como origem na palavra inglesa “carry”.

Nesta secção de análise procurou-se perceber sobre as formas da prática da actividade supracitada a nível da cidade de Xai-Xai. Por meio da observação directa intensiva ficou evidente à primeira vista, que este grupo pratica as suas actividades dentro e fora do mercado. Outrossim, as mukheristas comercializam os seus bens em camiões e em banca enquanto alguns fazem entrega domiciliares. Conforme ilustra a figura:

Figure 2: Processo de comercialização dos produtos nos principais mercados da Cidade de Xai-Xai



Fonte: captado pelo autor, 2023-02-22

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação este tipo de comércio ganhou uma nova dinâmica ao integrar ao fazer o uso das plataformas digitais para fazerem as suas vendas, estes acabam fazendo muitas vendas em curto espaço de tempo. Este fundamento pode-se observar nos depoimentos a seguir:

“ Os meus produtos têm adquirido na vizinha África do sul, mensalmente. Quando faço as minhas compras faço foto e publico nas minhas redes sociais de watsap e feceboock, permitindo assim que os meus amigos e familiares tenham conhecimento dos meus produtos “. (Margarida, Cp. 2023).

Ainda na mesma questão E6 alegou que “ sou vendedor de carne de porco e devido a natureza do produto que e de fácil deterioração tenho feito vendas muito rápidas por meio de encomendas para o pagamento no final do mês”.

Em relação a esta estratégia de marketing e venda, o entrevistado acrescentou que, há vezes que os clientes não oram com os compromissos ou com os prazos de pagamento, devido ao atraso do salário, porque na sua maioria são funcionários públicos e nos dias de hoje o salário é processado em datas irregulares e isso dificulta o negócio destes praticantes destas actividades.

Em relação ao assunto supra E8, afirmou que “ Faço as minhas vendas dos meus produtos aos meus colegas do serviço como forma de garantir que os mesmos paguem na hora ideal em função do salário “.

Para reforçar os argumentos dos depoimentos acima, importa recuperar uma das variáveis que procura explicar os factores determinantes para a prática do *mukhero*, nomeadamente a consciência individual.

Do ponto de vista da teoria da acção fundamentada, para que uma pessoa execute um determinado comportamento são necessários oito requisitos dos quais destacamos dois: crença na existência de maiores vantagens do que desvantagens e reacções emocionais positivas para a execução de determinado comportamento (Fishbein & Ajzen 2010).

Como é óbvio, não deixar-se morrer à fome ou poder fazer negócios e melhorar o bem-estar figuram como alguns dos principais aspectos para satisfação das necessidades básicas humanas, podendo assumir-se qualquer oportunidade que ajude a concretizar estas aspirações como uma vantagem. No caso em análise, o *mukhero* pode ser visto como sendo essa oportunidade e os agentes constrangidos pelo contexto executam o comportamento no sentido de aproveitá-la. Por outro lado, as reacções emocionais positivas exercem um efeito de retro-alimentação, pois a percepção de estarem a exercer uma actividade honesta reforça a propensão para a realização de tal acção.

Outrossim, importa ainda destacar que as mulheres estão fortemente representadas nesta actividade, facto que contribui significativamente na educação da dependência conjugal o que as torna mulheres emaciadas e imponderadas, numa altura em que se discute em diferentes fóruns a questão da igualdade e equidade do género. Conforme ilustra a figura:

Figure 3: Forte presença feminina no comércio informal na Cidade de Xai-Xai:



Fonte; Autor, 2024

As mulheres já representam quase acima da metade do total das pessoas ocupadas no comércio informal transfronteiriço. O primeiro trabalho fora de casa da maioria das mulheres foi nas actividades informais. O grupo de mukheristas apresenta baixo nível de escolaridade, onde mais da metade das inquiridas não completou o nível secundário do primeiro ciclo. Desse modo, buscaram actividades informais por não encontrarem outro meio de vida, e, ainda, como forma de complementar a renda familiar.

4.4.2. Causas da prática do *mukero* na Cidade de Xai-Xai

Questionados sobre as principais razões que levam a prática do *mukero* por parte dos entrevistados, as respostas obtidas foram divergentes, mesmo reconhecendo que existam alguns pontos convergentes quando se trata de criação de auto emprego e independência financeira. Como se pode observar a seguir:

“ Uma da razão que me fez começar a praticar esta actividade foi a falta de um emprego formal no aparelho do estado “. Terminei a 12ª Classe no ano de 2010 até hoje não consigo emprego e vejo que o Mukero é a minha última saída “.

Por seu turno E11 alegou que:

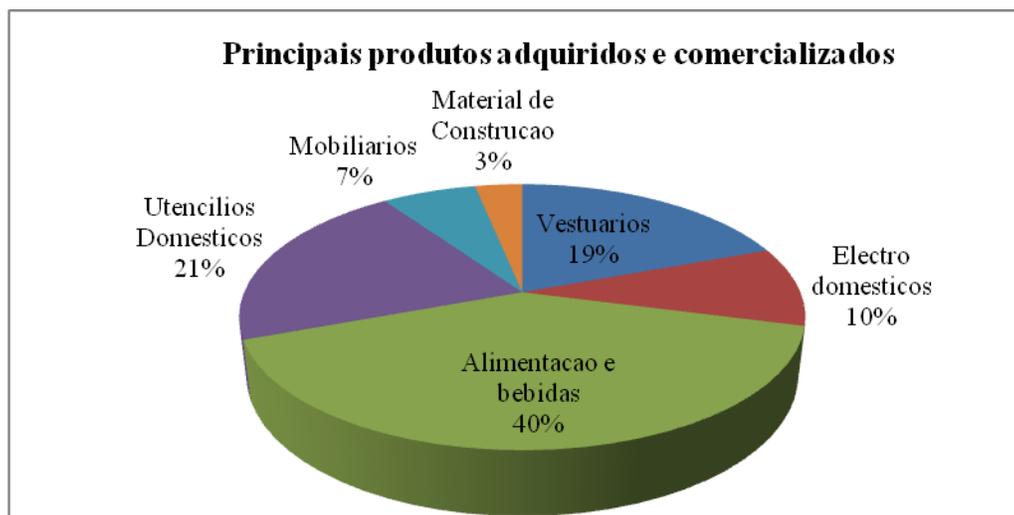
“ Comecei a praticar o Mukero muito antes de começar a trabalhar no estado aprendi esta prática quando ajudava o meu falecido pai, ele sempre me levava para as compras na vizinha África do Sul e de lá aprendi como fazer o negócio transfronteiriço, e hoje tenho 3 viaturas que fazem Cross body, Moçambique África do sul e isso ajuda me muito “.

“ Só funcionário público sempre que tenho tido uma folga no serviço vou África do sul gwevar os produtos para vender no meu estabelecimento, isso me ajuda a não depender somente do salário, assim consigo realizar os meus projectos pessoais e familiares “. (E15).

4.4.3. Tipos de produtos adquiridos e comercializado pelos “ Mukhero” na Cidade de xai-Xai

O gráfico acima mostra que os produtos mais comercializados pelos mukeristas na área de estudo são: alimentação e bebidas 40%; utensílio doméstico com cerca de 21%; vestuários, roupas, calçados e bolsas 19%, electrodomésticos 25% e mobiliários 7%. É importante ressaltar que a maioria das mercadorias importadas são alimentares, visto que a África é o maior produtor agrícola na região e os seus produtos são os mais baratos da região. Durante muito tempo e até ao presente momento, o mukhero, contribui para a segurança alimentar das populações do sul de Moçambique.

Equation 2;



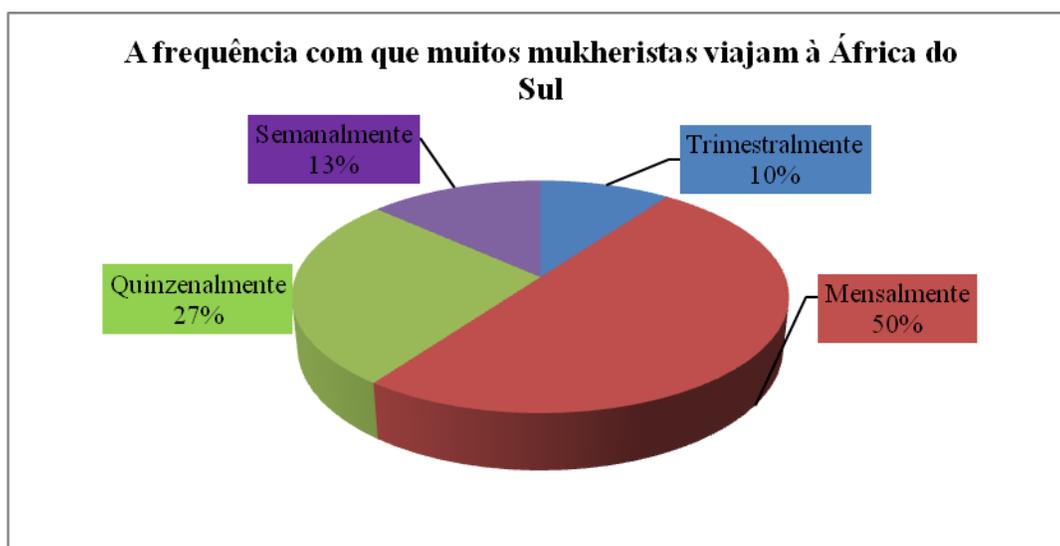
Fonte: Autor, 2024

Procurou-se também questionar sobre a origem dos produtos que eram comercializados por este grupo de comerciantes. As maiorias das mercadorias vendidas são importadas de outros países como África do Sul e Suazilândia. Segundo o INE (2017) a maioria dos produtos comercializados nas capitais propicias da zona sul de Moçambique são maioritariamente originária da vizinha África do Sul.

4.4.4.A frequência com que muitos mukheristas viajam à África do Sul

Procurou-se questionar sobre a frequência com que os praticantes da actividade mukheristas viajam para vizinha África do sul, conforme se observa nos dados a seguir. Cerca de 50% responderam que tem viajado mensalmente, 27% apontaram para viajam quinzenais, 13% alegaram que viajam semanalmente e por fim uma minoria constituída

Equation 3: frequência com que muitos mukheristas viajam à África do Sul



Fonte: Autor, 2024

A regressão apresentada no gráfico mostra ainda que a frequência com que muitos mukheristas viajam à África do Sul para efectuar a restocagem pelo menos duas vezes por semana – reduz a sua sensação de bem-estar. Isto sugere que uma parte do seu rendimento dilui-se neste processo, atendendo que há um aproveitamento da sua condição de semilegalidade ou ilegalidade por parte dos oficiais alfandegários que usam as fragilidades institucionais para executarem o comportamento de procura de renda.

Neste aspecto concorda-se com Byiers [2009] e Baptista-Lundin (2011) quando afirmam que:

Parte dessa semilegalidade ou ilegalidade resulta do desconhecimento, por parte dos micro-importadores, dos requisitos necessários para agirem legalmente. Por outro lado, os agentes alfandegários raramente se disponibilizam a conceder essa informação.

Aliás, o que acontece, de acordo com Novela (2011), é os funcionários fronteiriços tenderem a dificultar ao máximo como forma de desincentivar os mukheristas a actuarem em conformidade com as normas.

4.4.5.A prática do *mukero* no sustento e no melhoramento das condições de vida dos seus praticantes

Para entender as condições de vida de uma população, o trabalho (emprego) tem uma importância fundamental, seja no sentido social, seja no económico. Individualmente, é uma das principais formas de realização social. Além disso, é a maior fonte geradora de rendimento e riquezas, tanto para o indivíduo, quanto para a sociedade como um todo (Instituto de Pesquisa Económica, 2005).

De acordo com os técnicos da vereação dos Mercados e feiras da Cidade de Xai-Xai “ O comércio informal ao criar emprego ou ocupação está a contribuir directamente para a geração de rendimento e riqueza que permite a força de trabalho envolvida nesta actividade sustentar o seu agregado familiar e melhorar as condições de vida dos mesmos”.

Por meio da observação directa ficou evidente que entre a unidade onde os indivíduos realizam as suas actividades e o melhoramento das condições de vida, pois, a maior parte dos inquiridos realizam-nas na sua própria casa ou residência.

Procurou-se também questionar os praticantes desta actividade sobre o local onde comercializam os seus produtos, na sua maioria comercializam nos mercados e barracas, conforme se pode observar nos depoimentos a seguir:

“Eu tenho 3 barracas aqui no mercado onde faço as minhas vendas, mais as vezes quando trago produtos da África do Sul faço algumas entregas nas residências dos clientes que não tem tempo de vir ao meu encontro”. (E20)

“Só comerciante neste mercado grossista e os meus produtos vendo no meu camião, conforme podes ver os sacos de batata arrumados “. (E31)

A mesma situação verifica-se no grupo que tem a actividade como complemento, de empregadores que realizam as suas actividades no próprio agregado familiar e trabalhadores por conta própria também realizam as suas actividades no próprio agregado familiar.

Quanto à questão da habitação, pode-se concluir que mais do que dois terços dos indivíduos desenvolvem a actividade comercial no seu próprio agregado familiar ou num outro agregado familiar (empresa individual), o que pressupõe que haja uma habitação no seu agregado familiar.

Sendo a habitação um dos principais determinantes da qualidade de vida da população de um país (IPEA, 2005), este resultado mostra que uma cifra grande de indivíduos que praticam o comércio informal possui uma habitação, onde desenvolvem as suas actividades informais, ainda que não se possa medir o nível de condições de vida que estas habitações apresentam.

Embora seja uma comparação de um número pequeno de casos, pode-se afirmar que esta situação vai de encontro com os dados que constam do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano em Moçambique (2008), porque a Região Sul tem um padrão de vida superior ao das outras regiões do país. A Região Norte é que apresenta um Índice de Pobreza Humana elevado, onde somente 1,0% é que tem acesso a água canalizada na instalação onde desenvolve a actividade comercial.

Os resultados mostram que uma parte dos indivíduos inquiridos em todo o país, nos seus estabelecimentos ou no lugar onde desenvolvem a actividade possui energia eléctrica água potável.

O comércio informal associado a prática de *mukero* não só beneficia às famílias que adquirem bens e serviços também beneficia os indivíduos envolvidos na actividade, proporcionando-lhes ocupação profissional e rendimentos que os permitem melhorar as condições de vida, como o acesso a saúde, água, educação, habitação, etc.

Os conceitos de pobreza e riqueza no contexto urbano moçambicano relativizam-se, mas permanecem fortemente ligados à dimensão material. Com efeito, durante a aplicação do inquérito para este estudo foi possível observar que alguns *mukheristas*, em muitos casos mulheres que exercem a actividade há algum tempo, possuem camiões pessoais para o transporte da sua mercadoria, quando muitos recorrem aos serviços de transportadores que se dedicam a essa actividade particular.

Para além disso, estas mesmas senhoras ostentam colares, brincos e pulseiras de ouro, o que dá visibilidade à sua prosperidade e estatuto comparativamente com os outros agentes que operam no mesmo mercado. Considerando os resultados da pesquisa fica evidente que, a actividade *mukerista* tem um papel importante na dinâmica e transformações sociais e económicas dos praticantes da cidade de Xai-Xai, conforme pode se observar nos depoimentos a seguir:

“ Sou praticante desta actividade desde 1991, com os lucros do meu negócio consegui construir a minha residência, hoje tenho viaturas (camiões de mercadorias), e isso é muito gratificante para mim e a minha família”. (E18).

Ainda na mesma questão uma das entrevistadas afirmou que “ com o valor adquirido compro alimentação e consigo custear as despesas básicas da casa, o que me faz não depender de nenhum homem”. (E11)

Ainda na mesma senda, procurou-se perceber ainda até que ponto actividade *mukherista* contribui para a redução da pobreza no seio das famílias, dos depoimentos obteve-se uma divergência em termos de opiniões:

Percepção de redução de pobreza apresenta forte correlação com as fontes de financiamento, podendo significar que quanto maior acesso têm às fontes alternativas de crédito, maior é o seu sentimento de estarem menos pobres.

O *xitique* e empréstimos recebidos de familiares ou amigos constituem alguns dos mecanismos que garantem a reprodução e manutenção destes agentes, confirmando-se a pertinência de integrar a relação social, quando se analisam as lógicas e práticas destes homens de negócios, ainda que o recurso às instituições estruturantes do mercado, como seja o crédito bancário, constituam recurso importante para o sucesso da actividade.

Era expectável que as associações desempenhassem um papel activo na remoção das restrições que constituem impedimentos ao crescimento dos *mukheristas*. Contrariamente, os dados mostram que o papel das associações é nulo e mesmo contraproducente na actividade da micro-importação, o que reforça o argumento segundo o qual estas organizações buscam objectivos que se afastam dos interesses dos seus membros, na medida em que se pautam por outro tipo de prioridades como seja defender os interesses do partido no poder, aquando das campanhas eleitorais.

O facto de se constatar que muitos dos inquiridos prefeririam permanecer no informal, face à possibilidade de poderem escolher entre outras actividades do sector informal e um emprego assalariado no formal, tudo indica que, nem mesmo assim, a sua actual percepção acerca da pobreza ou da riqueza se alteraria. Por outro lado, é de admitir que quanto menor forem as pressões sociais que os *mukheristas* enfrentam no seu dia-a-dia, maior será o seu sentimento de bem-estar.

4.4.6. Percepção das entidades governamentais sobre a prática do comércio informal na Cidade de Xai-Xai

Com vista a responder o segundo objectivo específico preconizado para o presente estudo, referente a caracterização do comércio entre Moçambique e África do Sul, buscou-se por meio de entrevista semi-estruturada o entendimento dessa matéria junto a Direcção Provincial das Alfandegas de Gaza.

Questionados sobre como é feito o comércio transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul a nível da fronteira de Ressano Garcia? Dos entrevistados obteve-se uma estreita unanimidade em termos de respostas, conforme se observa. Para TC1 “ comércio entre os dois países e feita de suas formas, a saber: comércio formal e informal”. Ainda na mesma questão TC2 alegou que “o comércio transfronteiriço de pequena escala entre Moçambique e a África do Sul é dominado pelas importações dos produtos vindo da África do Sul para o mercado Moçambicano “.

Por seu turno o TC1 alegou que:

“ O comércio transfronteiriço de carácter informal, envolvendo pequenas mercadorias adquiridas na África do Sul e revendidas em Moçambique ganhou uma nova dinâmica como fonte de rendimento para fazer face à carestia de vida e baixos salários no mercado do emprego assalariado entre algumas pessoas, particularmente na Cidade e Província de Maputo”.

Quando questionados sobre as dificuldades que os praticantes do comércio informal transfronteiriço enfrentam no desenvolvimento das suas actividades, as respostas obtidas foram divergentes. De acordo com TC4 “ os comerciantes transfronteiriços informais moçambicanos, também conhecidos como ‘*mukheristas*’, enfrentam muitos obstáculos na condução dos negócios. A falta de informação, assim como os procedimentos demorados e complicados exigidos pelas alfândegas para a importação de produtos colocam um fardo pesado sobre esses comerciantes.

Em entrevista com o presidente da Associação dos *mukerista* de Xai-Xai, que representa os comerciantes informais transfronteiriços a nível da área de estudo alegou que os comerciantes “, reclamam o facto de estarem colocados, junto às fronteiras, vários grupos que cobram taxas aduaneiras mais de uma vez, facto que já levou à paralisação de importações no passado. Sentem que estão em desvantagem devido as acções dos oficiais da fronteira que exigem que eles paguem subornos. Esta situação é agravada por pagamentos ilícitos recolhidos pelos militares, policiais e outros serviços uniformizados em postos de controlo estacionados ao longo das rotas comerciais.”.

Por outro lado, eles apontam como sendo um dos principais constrangimentos para o desenvolvimento da sua actividade, a dificuldade na obtenção do Certificado de Origem, um documento que, segundo eles, poderia aliviar a carga de impostos em alguns produtos. Também exigiram às autoridades alfandegárias o reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado que lhes é cobrado na vizinha África do Sul. Algumas destas dificuldades resultam da natureza informal destes negócios, o que me leva a discutir o assunto da informalidade.

Para dar suporte aos depoimentos acima arrolados procurou-se questionar aos Técnicos da Delegação Provincial da Autoridade Tributária sobre quais as características do comércio informal a nível da urbe? Em relação a esta questão, os dados da pesquisa apontaram para a informalidade como sendo um dos principais aspectos que caracterizam essa actividade.

A informalidade é a maneira em que a desigualdade se reproduz através do mercado de trabalho já que milhões de pessoas ficam sem direitos nem protecção. Para os *mukheristas*, porém, torna-se mais num meio de vida pelas escassas alternativas e percebidas vantagens que há neste tipo de comércio, com o possível “contorno” aos direitos de importação (pagam-se taxas de referência para a importação de principais produtos), o que possibilita a aquisição e transporte de produtos a custo mais baixo. É, portanto, irónico que existam “taxas ilícitas” cobradas por vários agentes aos importadores informais transfronteiriços.

De acordo com TC3 “a condição comercial exercida pelos *mukheristas* não os motiva a formalização”. Para o entrevistado, a formalização iria beneficiar ao governo moçambicano com o alargamento da base tributária, mas iria então trazer este grupo de comerciantes a integrar-se num sistema que cobra pesadas taxas de importação na forma de direitos aduaneiros e impostos na importação. Um sistema com altos custos de transacção, altas e complexas ou inexistentes barreiras refutatórias e existência de oficiais governamentais corruptos. Não penso que isso os interesse.

A informalidade não pode ser entendida como uma segmentação do mercado, mas sim como um modo de vida. Trata-se de uma condição dinâmica e moderna, que, também por causa dessas características, mostra-se resistente às tentativas de formalização. (Calixtre, p.88, 2020).

Na categoria de análise referente ao nível de legalidade na fronteira procurou-se questionar os intervenientes da pesquisa através da seguinte questão: Qual é o nível de contrabando, corrupção e fuga ao fisco de bens e produtos a nível da fronteira? Do exposto obteve-se as seguintes respostas:

Para TC2 “ a fuga ao fisco, a corrupção, contrabando, as redes sociais, a troca de favores sexuais e os eventuais efeitos estratégicos e as suas atitudes comportamentais são evidentes neste processo como meios utilizados para a maximização do lucro”.

A fuga ao fisco é estimulada não só pelas elevadas taxas aduaneiras como explica Manganhela (2006) e Chivangue (2006), mas também pela acção dos agentes das alfândegas. Ainda na mesma questão TC6 “ alegou que existe algumas *mukheristas* possuem cartões de importadores que visam a

redução do valor das taxas aduaneiras e, porque estes rejeitam-no e escusam-se de carimbar alegando a falta de recibos da compra nos comerciantes da África do Sul”. Esta atitude alia-se à corrupção onde, as *mukheristas* vêm-se na condição de aliciar a polícia das alfândegas e os guardas fronteiras, como forma de contornar os sistemas burocráticos.

No que diz respeito ao fenómeno corrupção os técnicos afectos na Autoridade tributária alegaram que existem casos do género, mas que o objectivo da instituição é zelar pelo bem-estar e a circulação de bens e produtos entre os dois países.

A fuga ao fisco é estimulada não só pelas elevadas taxas aduaneira, como explica Manganhela (2006) e Chivangue (2006), mas também pela acção dos agentes das alfândegas. Uma vez que algumas *mukheristas* possuem cartões de importadores que visam a redução do valor das taxas aduaneiras e, porque estes rejeitam-no e escusam-se de carimbar alegando a falta de recibos da compra nos comerciantes da África do Sul. Esta atitude alia-se à corrupção, onde as *mukheristas* vêm-se na condição de aliciar a polícia das alfândegas e os guardas fronteiras, como forma de contornar os sistemas burocráticos. Nas redes sociais encontramos as *mukheristas* desenvolver amizades, trocar experiência das suas actividades e truques como *xitique* para manter o seu capital guardado sem ter que recorrer apenas aos bancos.

De volta a questão inicial sobre a corrupção nas fronteiras, a Associação *Mukhero*, tem desempenhado um papel muito importante de advocacia e de comunicação, sobre procedimentos de importação, e do papel das alfândegas. O acesso a este tipo de informação ajudaria os comerciantes informais transfronteiriços a superar alguns dos obstáculos que eles enfrentam quando da importação de bens através das fronteiras. (TC1)

Tais esforços para conter a exploração e o suborno reduziriam os custos de importação e também iriam melhorar o ambiente de negócios para os operadores informais transfronteiriços. Por outro lado, talvez fosse necessária a criação de políticas de apoio ao sector informal, tal como existem em outros países do mundo. Mas talvez isto não nos interesse, dado o forte discurso (não de todos) para a formalização...também precisamos ser realistas em relação a melhor opção a curto ou médio prazo...a verdade é que não se pode ignorar o sector informal. Vivemos dele.

4.4.7. Constrangimentos na prática do “Mukhero” na Cidade de Xai-Xai

Como qualquer uma actividade económica realizada numa determinada área várias são as dificuldades enfrentadas pelos seus praticantes, facto que dificulta o seu desenvolvimento, Quanto às diversas actividades, os resultados indicam que os agentes que importam produtos frescos e bebidas são os que gozam de maior satisfação com a prática do *mukhero*, o que é reforçado pela ligeira propensão que têm para adquirir bens de luxo e recreio. Note-se que a classe dos vendedores de bebidas é a mais conotada com práticas de contorno à fronteira, fuga ao fisco e suborno. Talvez seja por isso que, embora positiva, a correlação é baixa comparativamente ao grupo dos comerciantes de vegetais.

A corrupção nas Alfândegas ao nível das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia é caracterizada pela facilitação de fuga ao fisco de mercadorias, pela má classificação das mercadorias e pela sua subvalorização. Por outro lado, são frequentes práticas de corrupção, ligando funcionários que conseguem estar na posse de informação delicada sobre um caso de fuga ao fisco (Mosse e Cortez, 2006,p.213).

Para além da corrupção na sua forma de suborno e chantagem, importadores moçambicanos e outros operadores do sector informal, queixam-se vezes sem conta de serem vítimas de uma competição desleal por parte de outros operadores que introduzem mercadoria no país sem pagar direitos aduaneiros. Por outro lado, importadores oficiais envolvem-se constantemente em práticas de subavaliação e desclassificação de importações. Com base no acima exposto procurou-se colher algumas percepções junto dos participantes da pesquisa sobre as dificuldades do sector onde obtiveram-se as seguintes respostas:

“ Nos *mukeristas* temos passado por momentos difíceis, algumas vezes ficamos dias na fronteira sem ter acesso aos nossos produtos que são apreendidos pelos alfandegários” (E1).

“Para passar na fronteira com os seus produtos deves dar refresco aos agentes que estão de plantão naquele posto como forma de evitar complicações e isso acaba nos deixando na desgraça, porque o valor de lucro acabamos por entregar “ (E7)

Em muitos casos, essas práticas são efectuadas com o consentimento de gestores de topo, os quais partilham parte dos subornos pagos (MWANGI, 2004). Engana-se quem pensa que vida da *mukherista* é simples, rodeada de muito dinheiro e marcadamente de sucesso. Há por detrás dessa

ilusão que nalgumas vezes é real, um muro que só quem penetrou no “esquema” melhor pode falar do submundo do *mukhero*.

É um verdadeiro jogo no qual só permanece quem é perseverante, porque facilmente se pode derrapar e ao mesmo ritmo recompor-se, como ainda se pode ir definitivamente à falência. Segundo depoimentos de algumas praticantes, o negócio transfronteiriço é arriscado. Celeste Come pratica o comércio transfronteiriço há 10 anos. Conhece na pele as dificuldades, pois já experimentou bons momentos e também maus.

E17 afirmou que “ é difícil ser *mukherista*. A dificuldade começa justamente quando se tem que deixar os filhos, o esposo e a cama. No caminho sujeitamo-nos a várias intempéries. Na viagem de regresso a casa tudo se complica no processo de desembaraço aduaneiro”,

A mesma entrevistada que antes esteve no ramo vestuário na Empresa Estatal, iniciou-se no CIT na Suazilândia e depois para África de Sul.

Internamente, tentou ir a Cidade de Quelimane (capital da Província da Zambézia, no centro de Moçambique) mas porque o roteiro era complicado desistiu. É que segundo conta, é mais fácil viajar para fora do país, que internamente, pois trazer mercadoria de Quelimane, por exemplo, implica passar duas semanas longe da família quando em menos de 48 é possível ir a um país vizinho e voltar a casa. À partida, o lucro é o que se espera de todo o exercício de negócio, mas nalgumas vezes leva-se a casa, prejuízos, stress e lamentações que só são superadas pela perseverança, pois vezes sem conta, antes mesmo de vender o produto, volta-se com dívidas.

Na aquisição da mercadoria nem sempre se declara o valor real, uma vez não sendo detentores do Certificado de Origem dos produtos, elas tentam a sorte e fazem-se à estrada. Quando é assim, há penalizações ao longo do percurso que nalgum momento abrem espaço para oportunismo de alguns funcionários alfandegários.

As *mukheristas* entrevistadas para este estudo referem que só aguentam sobreviver mediante as taxas de suborno aos alfandegários. Muitos deles declaram para os seus produtos preços muito baixos, com vista a pagar taxas baixas, portanto, nesta prática só alcançam sucesso se tiverem capacidade de subornar. A perpetuação da corrupção pelos funcionários das Alfândegas resulta do facto de considerarem uma actividade honesta, ou seja, a partilha de rendimentos com as *mukheristas*, é vista por ambos como um mecanismo de ajuda mútua no contexto do ethos fronteiriço.

E como nenhum funcionário é preso por estas práticas, reforça-se a crença da corrupção nas fronteiras. Daí que, concordamos com Chivangue (2012,p.24), quando refere que: “Os factores ambientais (contextuais) sob ponto de vista político e institucional condicionam a prática do mukhero”. Ainda para reforçar a sua tese, o mesmo autor afirma que: “ Muitos mukheristas só interagem com a máquina burocrática estatal, quando as ligações e facilidades de que dispõem no informal não permitem resolver seus problemas. Apesar de uma pequena fracção destes actores acreditar na meritocracia da Função Pública, a maioria sente que os agentes do Estado existem para servirem-se a si próprios e aos seus familiares próximos”.

4.5. Discussão dos Resultados empíricos

Nesta secção do trabalho procurou-se de forma sumariada fazer-se referência aos principais resultados constatados durante a pesquisa de campo. Os resultados obtidos apresentam uma heterogeneidade nas categorias de análise referente ao comércio informal transfronteiriço, fonte de renda, acúmulo de riqueza e o bem-estar social e económico por parte dos praticantes desta actividade. Tal é consistente nos trabalhos desenvolvidos por Mayisela (2015) Feijó, (2016), Chivangue (2012) Faré (2004), Mosca (1995), Jairoce (2016) sobre o trabalho migratório: First (1983) Covane (1989; 2001), Dodson e De Vleter (2008), Harries (1994), Newitt (1995), Abrahamsson e Nilson (1994), Mungoi (2010), Maposse (2011) Gaspar (2006) e Victor Simões Henriques (2023). O comércio informal transfronteiriço associado ao *mukero* tem desempenhado um papel crucial na melhoria da condição de vida dos seus praticantes. Os depoimentos destes apontaram que esta actividade contribui de certa forma para o enriquecimento.

Em relação aos factores que influenciam para que os munícipes da cidade de Xai-Xai, optem pela prática do *mukero*, está a impossibilidade destes operadores encontrarem emprego no sector formal, estes olham esta actividade como sendo uma alternativa para saírem da pobreza e miséria, assim confirma-se a nossa percepção sobre a incapacidade que o estado Moçambicano tem em albergar os jovens no sector público. Estes fundamentos abrem espaço para que os agentes destas actividades optem pelo sector informal.

Com base nos depoimentos dos entrevistados foi possível aferir que a falta de emprego no sector formal por parte dos praticantes do comércio informal transfronteiriço revela-se insignificante para aqueles operadores, cuja sua actividade gera lucros avultados e os proporcionam riqueza. Este grupo sugere maior coesão por parte dos seus praticantes, com vista a tornar a actividade mais sustentável e

com tudo contribuir para o desenvolvimento local, empregando mais pessoas, e contribuindo no pagamento do imposto para o alargamento da base tributária.

Outrossim, os resultados desta análise apontaram para uma forte correlação, para o caso dos praticantes da actividade *mukherista*, como forma de acúmulo de renda e a percepção de reeducação da pobreza absoluta e o desemprego. Apesar de os resultados mostrarem-se consistentes para esta variável de análise, os aspectos relacionados com o bem-estar social em todas as vertentes dos praticantes apresentam valores insignificantes ou pouco animadores.

Quanto aos principais produtos importados da África do Sul para serem comercializados em Moçambique, em particular na Cidade de Xai-Xai, destacam-se os produtos frescos e bebidas, tais como: franco, carnes de porco e vaca, entre outros derivados, nas fruteiras o destaque vão para as maçãs, uvas, temeras e bananas. De salientar que estes produtos são os que gozam maior satisfação com a prática do *mukhero*, o que é facilitado pela sua fácil aquisição.

No que tange à frequência com que estes viajam a África do sul, o gráfico 1, mostra que pelo menos esses viajam duas vezes ao mês. No que concerne às variáveis construídas para verificar, através da teoria da acção fundamentada, os factores que influenciaram na decisão pela prática do *mukhero*, os resultados são estatisticamente insignificantes, com excepção dos valores éticos e morais (que estruturam a consciência individual), pressão social e influência de amigos. Assim, parece que a maioria destas medidas de aproximação não foi determinante na escolha do *mukhero* como forma de vida. Entretanto, a correlação positiva entre os factores de consciência individual e as principais variáveis do estudo, sugere que a questão da pobreza e da riqueza constitui um problema de atitude.

Quanto às formas de comercialização dos seus produtos, alguns dos praticantes comercializam os seus produtos em camiões, viaturas pessoais, em barracas e outros de forma ambulante, quanto à modalidade de venda, estes optam em duas vias, a grosso e a retalho. Para os *mukherista* que comercializam a grosso optam em vender os seus produtos para os libaneses e indianos, ao passo que os retalhistas comercializam em suas próprias barracas em mercados, até mesmo ao domicílio.

Na categoria referente a formas de financiamento, os praticantes destas actividades optam em pequenos grupos de *Xitique* e *Ascas*, deixando para última opção empréstimos bancários por considerar esta actividade como sendo de risco. Em suma, o *xitique* e empréstimos recebidos de familiares ou amigos constituem alguns dos mecanismos que garantem a reprodução e manutenção

destes agentes, confirmando-se a pertinência de integrar a relação social quando se analisam as lógicas e práticas destes homens de negócios.

CAPITULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5.1. Conclusão

Finda a pesquisa, pode-se concluir que os objectivos preconizados para este estudo foram alcançados, mesmo reconhecendo a complexidade que advêm da natureza deste tipo de trabalho, conforme se pode observar nas conclusões que se seguem:

O primeiro objectivo específico deste estudo visa explicar a emergência do *Mukero* nas dinâmicas e transformações sócio económicas a nível da Cidade de Xai-Xai; pode-se dizer que foi alcançado na medida em que as décadas de 80 e 90 em Moçambique foram marcadas pelo surgimento do comércio informal, aliada a incapacidade do Estado para a promoção de emprego formal aos cidadãos e a própria dinâmica da economia de mercado levou as pessoas a lutarem para a sua sobrevivência. Sobre os estudos que abordam sobre as migrações entre Moçambique e África do Sul, ficou evidente que a migração laboral entre os dois países marca o início do processo da integração da economia, por um lado, como uma forma de dependência económica do país em relação à África do Sul. Os rendimentos obtidos pelos praticantes do *Mukero* no âmbito das migrações laborais, contribuem em grande parte para a satisfação das necessidades de sobrevivência das famílias dos praticantes.

O segundo objectivo específico deste estudo visava avaliar o papel do *Mukero* no sustento e no melhoramento das condições de vida dos seus praticantes, onde foi possível aferir por meio da técnica de entrevista que esta actividade contribui para a geração de emprego e produção da riqueza, por isso, que actualmente vem recebendo reconhecimento social por parte do governo e da Sociedade Civil como actividade comercial equiparada a qualquer outra. No que diz respeito às relações do género, a actividade do *mukhero* tem impacto directo, uma vez que a mulher passa a gozar da intervenção económica e social na família.

Os resultados da pesquisa revelaram ainda que o *mukhero* é uma actividade praticada na sua maioria por jovens, com maior expressão para as mulheres. Elas encontram nesta actividade mecanismo de sobrevivência ou alternativa ao emprego em alguns casos e noutros como actividade profissional criativa e inovadora.

Em relação ao terceiro objectivo específico, procurou-se relacionar as dinâmicas e as transformações sócio económicas com a prática do *Mukero* na Cidade de Xai-Xai, os resultados desta análise revelaram que o *mukhero* desempenha um papel importante na realização das trocas comerciais no que refere ao abastecimento de produtos importados para a Cidade de Xai-Xai e, em muitos casos, preenche o espaço que o sector formal não consegue cobrir no que diz respeito a empregabilidade da mão-de-obra local. Desse modo, buscaram actividades informais por não encontrarem outro meio de vida, e, ainda, como forma de complementar a renda familiar. Outro importante factor é a renda gerada pelas actividades informais onde foi observado um número significativo de pessoas, trabalhando nas bancas, fora dos membros da família. Estas pessoas são remuneradas por seu trabalho através de comissões. A situação de trabalho e renda das comissionadas, é mais precária, ainda, à medida que a renda recebida depende do total das vendas realizadas.

No que diz respeito às principais características da prática do *mukero* a nível da área de estudo, a informalidade é um conceito que mereceu destaque para caracterizar esta actividade no âmbito das transformações económicas. Por isso, é necessário entendê-la no contexto das novas tendências desta actividade, em particular no que se refere a sua prática desde aquisição dos produtos ate a sua comercialização.

Em relação aos mecanismo de financiamento importa destacar que os praticantes desta actividade recorrem aos pequenos grupos financeiros com destaque para “*Xitique e Asca*”, conseguem desta forma realizar investimentos no negócio sem precisar da intervenção de sectores financeiros formais como os bancos comerciais.

5.2.Sugestões

Para que o *mukero* se torne uma actividade sustentável e que garanta o desenvolvimento económico local no Município da cidade de Xai-xai, sugere-se o seguinte:

- Realização de palestras nos mercados para promover a divulgação da possibilidade de formalização desta actividade e suas vantagens.
- Sugere-se a criação de uma associação dos “*Mukeristas*” para cada mercado da Cidade de Xai- xai “;
- Garantir o financiamento dos pequenos comerciantes a nível dos mercados locais para que esses possam recorrer o mercado Sul Africano de modo a adquirir os seus produtos;

- Promover por meio de políticas fiscais a livre circulação de mercadorias entre Moçambique e África do Sul;
- Intensificar a fiscalização nos serviços transfronteiriços na região sul de Moçambique, de modo a evitar o contrabando, fuga o fisco e a corrupção;
- Incentivar a mulher a participar activamente no sector informal por meio de financiamento direccionado as raparigas e jovens;
- Criar-se uma plataforma que garanta o registo de todos os “ *Mukeristas* “ da Cidade de Xai-Xai, de modo a permitir para que estes contribuam por meio de pagamento de imposto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, F. de (2001). *Como empreender sem capital*. Belo Horizonte: Leitura.
- Amaro, L.(2003). *Direito Tributário Brasileiro* (9ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Arnaldo, C. (1996). *População e Comércio Informal no Bairro da Malanga*. In Gazeta Demográfica. nº 9. pp. 28-43. Centro de Estudos de População. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- Arnaldo, C. (1999). *As características do emprego e da força de trabalho nas cidades de Inhambane e Maxixe*. Centro de Estudos de População. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- Assembleia da República (2004). *Constituição da República de Moçambique*. Boletim da República. nº 15. 1ª Série. de 22 de Dezembro.
- Barbosa, A. de F. (2009). *De “sector” para “economia informal”: Aventuras e desventuras de um conceito*. Pesquisa de pós-doutorado. Campinas, Instituto de Economia daUNICAMP.
- Bernhoeft, R. (1996). *Como tornar-se empreendedor em qualquer idade*. São Paulo: Nobel.
- Charmes, J. (2000). *The Contribution of Informal Sector to GDP in Developing Countries*.
- Cacciamali, M. C. (1983). *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: Ed. IPE.
- Cacciamali, M. C. (2000). *Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade*, Campinas: Unicamp.
- Cacciamali, M. C. (2002a). *A composição do mercado informal de trabalho e o papel do mercado de trabalho na redução da pobreza*. São Paulo: Fipe.
- Cacciamali, M. C. (2002b). *Princípios e direitos fundamentais no trabalho na América Latina*. In: São Paulo em Perspectiva.
- Chichava, J. A. C. (1998). *O Sector Informal e as Economias Locais*. Programa de Reforma dos Órgãos Locais. Série: Textos de Discussão. Número 8. Ministério da Administração Estatal. Maputo.
- Chivangue, A. A. (2012). *Mukhero em Moçambique: Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal*. ISEG, Lisboa. Disponível na Internet via: www.aquila5.iseg.ulisboa.pt/aquila/getf.

- Covane, L. (1989). *As relações económicas entre Moçambique e África do Sul (1850 - 1964). Acordos e regulamentos principais*. Maputo: A.H.M.
- Creswell, J.W. (1994). *Research design: qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks: Sage.
- Cruz e Silva, Teresa. (2005). *A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e trabalho. O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do sector informal*. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra.
- Degen, R. (1989). *O empreendedor: Fundamentos da iniciativa empresarial*. São Paulo: Makron Books.
- Francisco, A. A. da S. & Paulo, M. (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, pobreza e exclusão: A dimensão oculta da informalidade em Moçambique*. Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão. Maputo.
- Machava, A. J. (2003). *Migrações transfronteiriças e transformações sociais em Matutuine, 1970-2000*. Maputo: UEM.
- Newitt, M. (1995). *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-America.

APÊNDICE

Apêndice I: Roteiro de Entrevista Dirigido a Delegação Provincial da Autoridade Tributaria

Este inquérito tem como objectivo principal fazer o levantamento de informação para a elaboração da minha dissertação cujo título é **“Dinâmicas e Transformações Sócio Económicas Associadas ao Comércio Informal no Sul de Moçambique: Estudo de Caso da Cidade de Xai-Xai (1990- 2020)”**

”. A sua opinião é muito importante para a realização do trabalho e asseguro desde já a confidencialidade da informação que me fornecer. O preenchimento deste questionário poderá levar cerca de quinze minutos. Agradeço desde já a sua colaboração.

1. Identificação do Entrevistado-----

Responda segundo a sua situação.

1. Sexo?

R: _____

2. Idade? _____

3. Profissão: _____

4. Qual é o seu Nível de Formação Académica?

R: _____

5. Como avalia a dinâmica do comércio informal e o “*Mukhero*” a nível do conselho autárquico da cidade de Xai-Xai?

5. Que características possuem o Comércio Informal e o “*Mukhero*” no Conselho Autárquico da Cidade de Xai-Xai?

6. Em que medida o Comércio Informal e o “*Mukhero*” contribui para o desenvolvimento da vida social e económica da Cidade de Xai-Xai?

7. Que relação pode se estabelecer entre a prática do “*Mukhero*” com o comércio informal e formal na Cidade de Xai-Xai?

8. Que medidas devem ser levadas a cabo com vista a melhorar as formas de realização do “*Mukhero*” na Cidade de Xai-Xai?

9. Refira-se dos factores que influenciam para o desenvolvimento do “*Mukhero*” na cidade de Xai-Xai?

10. Quais são os procedimentos de legais que garantem a pratica do “Mukhero “ na cidade de Xai-Xai?

11. Como é feita o processo de licenciamento do “ Mukhero” como uma actividade ligada ao comércio informal?

13. Qual é o nível de contribuição dos impostos dos comerciantes informais a nível da Autarquia da cidade de Xai-Xai?

14. Quias são principais áreas de aplicação dos impostos (receitas fiscais) que advêm da actividade do comércio informal a nível da Autarquia?

Obrigado pela colaboração

Apêndice II: Roteiro de Entrevista Dirigido aos Técnicos da Vereação de Mercados e Feira do CMCXX

Este inquérito tem como objectivo principal fazer o levantamento de informação para a elaboração da minha dissertação cujo título é **“Dinâmicas e Transformações Sócio Económicas Associadas ao Comércio Informal no Sul de Moçambique: Estudo de Caso da Cidade de Xai-Xai (1990- 2020)”**

”. A sua opinião é muito importante para a realização do trabalho e asseguro desde já a confidencialidade da informação que me fornecer. O preenchimento deste questionário poderá levar cerca de quinze minutos. Agradeço desde já a sua colaboração.

1. Identificação do Entrevista do-----

Responda segundo a sua situação.

1. Sexo?

R: _____

2. Idade? _____

3. Profissão: _____

4. Qual é o seu Nível de Formação Académica?

R: _____

5. Como avalia a dinâmica do comércio informal e o “*Mukhero*” a nível do conselho autárquico da cidade de Xai-Xai ?

5. Que características possuem o Comércio Informal e o “*Mukhero*” no Conselho Autárquico da Cidade de Xai-Xai?

6. Em que medida o Comércio Informal e o “*Mukhero*” contribui para o desenvolvimento da vida social e económica da Cidade de Xai-Xai?

7. Que relação pode se estabelecer entre a prática do “*Mukhero*” com o comércio informal e formal na Cidade de Cidade de Xai-Xai ?

8. Que medidas devem ser levadas a cabo com vista a melhorar as formas de realização do “*Mukhero*” na Cidade de Xai-Xai?

9. Refira-se dos factores que influenciam para o desenvolvimento do “*Mukhero*” na cidade de Xai-Xai?

10. Quais são os procedimentos de legais que garantem a pratica do “Mukhero “ na cidade de Xai-Xai?

11.Como é feita o processo de licenciamento do “ Mukhero” como uma actividade ligada ao comércio informal?

13.Qual é o nível de contribuição dos impostos dos comerciantes informais a nível da Autarquia da cidade de Xai-Xai?

14.Quias são principais áreas de aplicação dos impostos (receitas fiscais) que advêm da actividade do comércio informal a nível da Autarquia?

Obrigado pela colaboração!

Apêndice III: Roteiro de Entrevista Dirigido aos Comerciantes Informais vulgo “Mukheros” da Cidade de Xai-Xai

Este inquérito tem como objectivo principal fazer o levantamento de informação para a elaboração da minha dissertação cujo título é **Dinâmicas e transformações sócio - económicas associadas ao comércio informal no sul de Moçambique: o caso do mukero na cidade de xai-xai** ". A sua opinião é muito importante para a realização do trabalho e asseguro desde já a confidencialidade da informação que me fornecer. O preenchimento deste questionário poderá levar cerca de quinze minutos. Agradeço desde já a sua colaboração.

1. Identificação do Entrevistado-----

Responda segundo a sua situação.

1.Sexo?

R: _____

2. Idade? _____

3. Profissão: _____

4. Qual é o seu Nível de Formação Académica?

R: _____

5.Qual é o seu Rendimento Mensal?

6. Número de agregado familiar

R: _____

7.Motivos que o levam a praticar o o “Mukhero”:

R: _____

8.Há quanto tempo pratica o “Mukhero”?

R: _____

9.Quantas pessoas emprega na sua actividade comercial ?

R: _____

10.De que forma é feita a aquisição dos produtos?

R: _____

11. Que factores o influenciaram a optar por esta actividade e não por outras ?

R: _____

12. Quais são as suas fontes de financiamento ?

R: _____

13. Que tipos de produtos vende ?

R: _____

14. O que tem feito com os lucros que advêm da venda dos seus produtos?

R: _____

15. Acha que o comercio informal ajuda a reduzir a pobreza?

R: _____

16. Paga algum tipo de imposto pelo exercício desta actividade?

16.1. Com que frequência ?

R: _____

17. Esta satisfeito com actuação da edilidade no que tange a fiscalização das suas actividade ?

R: _____

18. Quais são os principais riscos que tem corrido ao praticar esta actividade “*Mukhero*” ?

19. O que gostaria que fosse feito por quem é de direito com vista a melhorar a pratica do comercio informal e o “*Mukhero*” ?

R: _____

20. Outras considerações :

Obrigado pela colaboração!

Apêndice iv: Termo de consentimento informado

Pelo presente documento eu, _____, declaro que:

1º Fui informado pelo pesquisador sobre os objectivos e procedimentos específicos do estudo e particularmente da minha colaboração;

2º Fui também esclarecido de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, pelo que na minha colaboração e em tudo quanto se obtenha desta, observar-se-á com rigor os princípios que salvaguardam a minha integridade física e moral;

3º Fui informado ainda, que a minha colaboração deve ser pela minha livre e espontânea vontade e que, em casos de necessidade, reserva-se-me o direito de:

a) Abdicar-me de dar satisfação a determinadas questões;

b) Solicitar a interrupção da sessão, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos;

c) Revogar, por escrito, este consentimento antes que o (s) procedimento (s), objecto deste documento, se realize (m);

Com base no acima exposto a pesquisadora advertiu-me sobre a extrema importância da informação que de mim se espera para o esclarecimento do fenómeno em estudo. Fui informado que ao longo do estudo pode haver necessidade de gravar a nossa interacção em vídeo, áudio, em fotografias ou outras vias.

Foi-me garantido (a) a recepção dos resultados do estudo sob forma de dissertação científica que terá como finalidade obtenção do Grau académico em Mestrado em Ciência Políticas, Governação e Ralações Internacionais, proposto pelo Plano Curricular do UCM. Nestes termos, consinto a pesquisadora a executar tarefas que me foram propostas e permito que utilize o seu próprio julgamento técnico para que sejam alcançados os melhores resultados a partir da minha colaboração ao bem da minha pessoa e da sociedade. Por ser verdade, dato e assino a presente declaração.

O informante _____

_____, ____ de _____ de 2024

O pesquisador _____

_____, ____ de _____ de 2024

Apêndice V: Guião de Observação da prática do *Mukero* na Cidade de Xai-Xai

O presente guião de observação insere-se no âmbito da execução do trabalho de Dissertação e tem um carácter meramente científico. Pretende orientar o pesquisador na recolha de dados relativos ao tema: “Dinâmicas e transformações sócio - económicas associadas ao comércio informal no Sul de Moçambique: “o Caso do *Mukero* na Cidade de Xai-Xai “.

Aspectos a Observar	Razoável	Bom	Muito Bom	Satisfatório
Forma de aquisição de produtos				
Meios de Transportes de mercadoria				
Principais produtos comercializados pelos praticantes do <i>Mukero</i> na Cidade de Xai-Xai				
Formas de comercialização dos produtos a nível dos mercados entre outros pontos da Cidade				
Condições de trabalho dos praticantes do <i>Mukero</i> (estado das barracas e bancas, condições de saneamento e abastecimento de água e energia).				
Formas de armazenamento dos produtos em armazéns, bancas e barracas				
Principais praticantes do <i>Mukero</i> a nível dos mercados da Cidade de Xai-Xai (género e idade)				

Contexto de Dissertação: Estudante, Nelson Abel Malate